

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO DR.
RAIMUNDO MARINHO
FACULDADE RAIMUNDO MARINHO - FRM**

**KLETIANE DE CARVALHO SILVA
SIMONE GRACIELLE ARAÚJO DE OLIVEIRA**

**O TERCEIRO SETOR NA SOCIEDADE CAPITALISTA:
O PROCESSO DE DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO**

Maceió/AL

2013

KLETIANE DE CARVALHO SILVA
SIMONE GRACIELLE ARAÚJO DE OLIVEIRA

**O TERCEIRO SETOR NA SOCIEDADE CAPITALISTA: O
PROCESSO DE DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à banca examinadora do Curso de
Graduação em Serviço Social, da Faculdade
Raimundo Marinho, como exigência parcial
para a obtenção do grau de Bacharel.
Orientadora: Prof^ª Ms. Bárbara Zeferino

Maceió/AL

2013

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por está sempre ao meu lado, dando-me força e coragem para seguir em frente, sei que ele está sempre guiando meus passos, sendo a minha fortaleza para que eu nunca desista de lutar e ir à busca dos meus objetivos. Nos momentos de desespero, ele me confortou conduzindo-me a seguir em frente e fazendo-me acreditar que no final tudo iria da certo.

Agradeço a minha querida mãe *Josete Maria de Carvalho* por ter acreditado em mim, e por ter custeado toda a minha trajetória acadêmica, pois tenho a certeza que se a não tivesse sempre ao meu lado não teria toda essa garra de lutar e de correr em busca dos meus objetivos, por isso dedico a ela não só esse trabalho, mais tudo o que sou hoje. Deixo aqui minha eterna gratidão a essa mulher que mesmo diante de todas as dificuldades do dia - a - dia não se deixa abater, tendo sempre uma solução e uma palavra de conforto para todos os que estão ao seu lado. Agradeço a minha querida avó *Luzia de Carvalho*, pelo carinho e palavras de incentivo ditas em todos os momentos difíceis que passei em minha vida.

Não posso deixar de dedicar essa conquista também aos que partiram meu grande pai *Isaias Gomes* (in memória) e a minha irmã e companheira *Klaúdia Angélica* (in memória), pois não tiveram a chance de ao menos ver de perto tudo o que estou buscando e conquistando ao longo de minha vida, mais tenho a certeza de que eles estão torcendo para que eu conquiste muito além dessa conquista, isso é que me da força para lutar com mais garra por meus ideais, e saber que eles estão junto de Deus guiando meus passos aqui na terra.

Agradeço ao meu esposo *Daniel Oliveira* por me da força e nunca me deixar desistir, pedindo sempre para que eu tivesse paciência e que tudo na vida precisa de esforços. As minhas amigas e companheiras acadêmicas *Simone Gracielle*, *Walleska Borges* e *Genilda Maria* pela força nas horas difíceis e nos momentos de agonia do decorrer dos períodos.

Agradeço minha supervisora de campo de estágio e amiga *Quitéria Melo*, pela paciência, pelas palavras de conforto ditas incansavelmente todos os dias, e por ter contribuído para minha formação acadêmica e para meu crescimento pessoal, pois sei do seu compromisso, disponibilidade e dedicação com suas estagiárias.

Agradeço a minha professora e orientadora *Bárbara Zeferino* por sua dedicação, compromisso e rigidez nas orientações, reconheço que seu apoio foi fundamental para a construção e enriquecimento deste estudo.

Agradeço as demais professoras que irão ser as examinadoras deste trabalho *Aline Joyce e Mayra Queiroz*, pela disponibilidade, dedicação, rigidez na correção, e por ter aceitado participar da nossa banca de defesa.

E por fim agradeço a todos que colaboraram e participaram desse momento da minha vida. Obrigada.

Kletiane de Carvalho Silva

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, por me dar sabedoria, oportunidade de viver, paciência e fôlego de vida a cada amanhecer. Agradeço aos meus pais, *Sebastião Vitor e Cícera Araújo*, meus maiores exemplos. Obrigada por cada incentivo e orientação, pelas orações em meu favor, pela preocupação para que estivesse sempre andando pelo caminho correto.

Aos meus irmãos *Sérgio e Shelldon* por tudo e principalmente por terem me dado os meus lindos e amados sobrinhos *Lara Sophia, Sérgio Murilo e Krystian*. Ao meu noivo *Fábio Henrique*, obrigada pela paciência, pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho.

Aos meus familiares principalmente minha avó *Maria Francisca*, meu avô *Luiz Manoel* (in memória) por está sempre torcendo por minha felicidade. Minhas tias *Aldinete, Maria José, Maria das Dores, Tio José Luiz* e todos os meus primos em especial meu querido primo *Jadson Maykon* (in memória), por me ajudarem e me apoiarem em todos os momentos de minha vida. Aos meus sogros queridos *João Bosco e Amara*, por me acolherem e me terem como uma filha.

Agradeço aos meus amigos por terem entendido as minhas ausências nas nossas reuniões, e pela amizade de todos esses anos em especial a minha amiga (*Júlia*) que durante seis meses abriu mão de horas de descanso me substituído em meu horário de trabalho para que eu pudesse dar continuidade aos meus estudos.

As minhas amigas acadêmicas *Walleska Borges, Kletiane de Carvalho*, em especial a *Kletiane* pela amizade, companheirismo, paciência e motivação durante esses anos de muita vitória e dedicação. Amiga você foi porto seguro, na hora em que pensei que não daria certo e você acreditou e incentivou-nos a alcançar o que sonhamos. Obrigada pela paciência, pelo sorriso, pelo abraço, pela mão que sempre se estendia quando eu precisava. Esta caminhada não seria a mesma sem vocês.

Agradeço a todos os professores do curso de Serviço Social da (FRM), por todos esses anos de transmissão segura e paciente de conhecimento, a minha mestra *Bárbara Zeferino*, por me ajudar com seus ensinamentos, pela paciência, e por sempre mostrar caminhos nos quais pudesse trilhar sem medo. À banca de avaliadoras, minhas queridas

mestras *Aline Joyce e Mayra Queiroz*, que muito prontamente e com grande entusiasmo aceitaram fazer parte desse momento tão importante em minha vida.

Em fim, agradeço a todos aqueles que não foram citados, mas contribuíram para a conclusão desta etapa e para a Simone Gracielle que sou hoje.

“Que todo o meu ser louve ao Senhor, e que eu não esqueça nenhuma das suas bênçãos!”
Salmos 103:2.

Simone Gracielle.

“Só aqueles que têm coragem de caminhar podem
viver todos os dias na certeza de chegar”

(Eustáquio Messias Ricarte).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *O “terceiro setor” na sociedade capitalista: o processo de desresponsabilização do Estado* busca analisar a contradição dessas instituições que mostram ter um caráter público, no entanto sua natureza é privada, referindo-se as suas fontes de financiamento e a inserção e perfil dos profissionais no âmbito do “terceiro setor”. Nessa perspectiva, o trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica acerca da trajetória e redirecionamento do “terceiro setor” e sua expansão no Brasil. Expondo a desresponsabilização do Estado frente às necessidades sociais, no qual o “terceiro setor” está direcionado para os interesses capitalistas. Ressalta-se que com ascensão do “terceiro setor” ocorre um (re) ordenamento das políticas sociais públicas, apaziguando as lutas sociais e desmobilizando a classe trabalhadora para a conquista de políticas públicas efetivas e que atendam os anseios da classe trabalhadora. Vale destacar que para o desenvolvimento deste trabalho tomamos como referência metodológica um estudo bibliográfico que se processou por meio de uma análise sobre o processo pertinente à reestruturação do capital, que por sua vez incorpora processos como a reforma do Estado e a institucionalização do “terceiro setor” na sociedade brasileira contemporânea. Nesse contexto, observamos os reais motivos da reconfiguração do Estado que norteadas pela ideologia neoliberal propiciou a emergência de um “terceiro setor” supostamente mais operante do que o Estado, no que diz respeito ao enfrentamento das expressões da “questão social”. De acordo com este estudo podemos constatar que o “terceiro setor” se constitui um projeto funcional ao desenvolvimento das relações sociais burguesas, sendo mais uma das estratégias do capital para o enfrentamento de sua crise. Por isso, considera-se que esse processo de consolidação de “terceiro setor” representa uma proposta de eternização das relações sociais capitalistas vigentes, impossibilitando a aspiração de uma nova e superior forma de sociabilidade pautada em princípios que tornem os indivíduos sujeitos socialmente humanos. Analisaremos a trajetória e os paradigmas da “questão social”, realizando um resgate histórico acerca de sua gênese, tendo como pressuposto discorrer sobre as primeiras medidas de intervenção do Estado com relação às expressões da “questão social” em um período de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. O intuito é a compreensão dos elementos da “questão social”, e suas diversas expressões como também analisar o surgimento das políticas sociais e o papel assumido pelo Estado conforme dita o projeto neoliberal, que busca um Estado Moderno (antidemocrático) orientado a desregular direitos históricos, contribuir para a rentabilidade do grande capital mundial, comprometido em ofertar minimamente os serviços sociais de modo precários, focalizados e seletivos a classe trabalhadora. No decorrer deste trabalho, trataremos do surgimento do Serviço Social dando ênfase as diversas teorias que buscam explicar as suas origens e consequentemente seus respectivos teóricos. Deste modo, apresentaremos de forma sucinta a discussão feita, ao longo das últimas décadas, a respeito da gênese do Serviço Social, assim como os reatamentos da lógica predominantemente positivista, que foi herdada desde a emergência desta profissão.

Palavras Chave: “Questão Social”; Política Social; Estado Neoliberal; “Terceiro Setor” e Serviço Social.

ABSTRACT

This Labor Completion of course entitled The third sector in capitalist society: The process of disengagement of the State in which the contradiction will be asked of those institutions that show have a public character, yet its nature is private, referring to their funding sources and integration and professional profile within the "third sector" . In this perspective, the study aims to realize a critical analysis about the background and redirect the "third sector" and its expansion in Brazil. Still Exposing the irresponsibility of the state in the face of social needs, in which the "third sector" is directed to capitalist interests. It is noteworthy that with the rise of the "third sector" is (re) ordering of public social policies appeasing social struggles and demobilize the working class for the conquest of effective public policies that meet the aspirations of the working class. Note that for the development of this work we take as a bibliographic reference methodology that took place through an analysis of the relevant process restructuring of capital, which in turn incorporates processes with state reform and the institutionalization of the third sector in society Brazilian contemporary. In this context we see the real reasons for the reconfiguration of the state, guided by neoliberal ideology led to the emergence of a "third sector" supposedly more operative than the State, with regard to coping with the expressions of the "social question". According to this study we can see that the "third sector" constitutes a functional design to the development of bourgeois social relations, one of the strategies being more capital to cope with its crisis. Therefore, it is considered that this process of consolidation of the "third sector" is a proposal for a perpetuation of capitalist social relations in effect impossible aspiration of a new and higher form of sociability grounded in principles that individuals become socially human subjects. Exposing the trajectory and the paradigms of Social Issues, by performing a historical about its genesis, with the assumption discuss the first measures of state intervention with respect to expressions of social issues in a period of transition from competitive capitalism to monopoly. The aim is to understand the elements of Social Issues, and its various expressions and also to analyze the emergence of social policies and the role of the State as Neoliberal said the project, which seeks a Modern State (undemocratic) oriented deregulate historical rights, contribute to the profitability of big business world, committed to offering minimally precarious social services, focused and selective working class. In this work, we tackle the emergence of social emphasizing the various theories that attempt to explain their origins and consequently their theoretical. Thus we present briefly the discussion made over the past few decades, about the genesis of Social Services, as well as the repercussions of the predominantly logical positivist, which was inherited from the emergence of this profession.

Key Words: Social Issues, Social Policy, Neoliberal State, Third Sector and Social Services.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
SEÇÃO 1	
A EMERGÊNCIA DA “QUESTÃO SOCIAL” E AS IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO NEOLIBERAL.....	16
1.1 As implicações do processo de Reestruturação Produtiva frente à classe trabalhadora: o acirramento do pauperismo e a intensificação da “Questão Social”.....	17
1.2 Trajetória histórica das Políticas Sociais no atual contexto neoliberal: focalização, descentralização e privatização.....	24
SEÇÃO 2	
AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A LEGITIMIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	38
2.1 Políticas Sociais e o Serviço Social: uma forma de enfrentamento diante o acirramento da “Questão Social”.....	39
2.2 Ascensão do Serviço Social no cenário brasileiro.....	42
SEÇÃO 3	
O NOVO TRATO DA “QUESTÃO SOCIAL” E O “TERCEIRO SETOR” EM QUESTÃO.....	49
3.1 Contexto sócio histórico do “Terceiro Setor” e suas características.....	50
3.2 A refilantropização da “Questão Social”: a inserção do Serviço Social no “Terceiro Setor”.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75

KLETIANE DE CARVALHO SILVA
SIMONE GRACIELLE ARAÚJO DE OLIVEIRA

**O “TERCEIRO SETOR” NA SOCIEDADE CAPITALISTA: O PROCESSO DE
DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel no Curso de
Graduação em Serviço Social da Faculdade
Raimundo Marinho, sob a orientação da Prof^ª.
Ms. Bárbara Zeferino.

Maceió/AL, _____ de _____ de _____.

Aprovação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ms. Bárbara Zeferino.

Prof^ª Ms. Mayra Queiroz Barbosa.

Prof^ª. Ms. Aline Joyce.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO DR. RAIMUNDO
MARINHO
FACULDADE RAIMUNDO MARINHO - FRM

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO ALUNO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, que assumo total responsabilidade pelo conteúdo apresentado neste Trabalho de Conclusão de Curso, isentando a FRM e o Orientador de toda e qualquer representação contra o TCC.

Estou informado de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de cópia encontrada no trabalho apresentado para correção.

Maceió, _____ de _____ de _____

Aluno

Aluno

INTRODUÇÃO

Nesse contexto contemporâneo permeado por profundas transformações resultantes das reconfigurações ocorridas no sistema capitalista de produção e de acumulação, as políticas sociais vêm desde a década de 70, passando por um processo de (re) ordenamento. Durante esse período, e sobre tudo devido à vigência da crise estrutural do capital, o processo de reestruturação capitalista vem buscando frear o quadro de crise recessiva, reorientando seus padrões de acumulação e estabelecendo diversas estratégias, dentre as quais se destacam a globalização, a reestruturação produtiva e o projeto neoliberal.

No que se refere ao âmbito da produção, o modelo atual caracteriza-se pela produção flexível, marcando a passagem do rígido modelo de produção fundamentada no fordismo-taylorismo para o denominado toyotismo, o qual se materializou através da chamada reestruturação produtiva impulsionada pela globalização da economia. No que diz respeito ao campo político-ideológico, o neoliberalismo foi implementado como uma estratégia para possibilitar os processos pertinentes à desregulamentação do mercado, à liberalização da economia e à reforma ou contrarreforma do Estado.

Particularmente a partir da década de 90, tem ocorrido crescimento do apelo à solidariedade da sociedade para o enfrentamento das desigualdades sociais com ênfase para as ações de combate à pobreza. Nesse processo, visualiza-se uma redefinição das funções do Estado e da sociedade civil, mediante a reforma do Estado, tendo como consequência o surgimento do “terceiro setor” que vem paulatinamente configurando-se em novas formas e novas naturezas institucionais para o trato às expressões da “questão social”.

Assim, o presente trabalho de conclusão de curso intitulado: “O terceiro setor na sociedade capitalista: o processo de desresponsabilização do Estado” apresenta como objetivo analisar o fenômeno contemporâneo pertinente ao “terceiro setor” no contexto capitalista brasileiro, buscando explicar a partir da reestruturação do capital o processo de desresponsabilização do Estado no acirramento das refrações da “questão social”.

Nesse sentido, formulamos em princípio as seguintes indagações, no sentido de respondê-las posteriormente a partir da sistematização das três seções consecutivas deste trabalho, sendo elas: Quais os elementos que determinam a necessidade de um “terceiro setor” na sociedade brasileira contemporânea? Qual a função do “terceiro setor” na sociedade capitalista? Como se estabelece as relações de trabalho no interior dessas instituições para o

profissional do serviço social? Qual a função do “terceiro setor” diante da desresponsabilização do Estado?

Através das respostas a essas indagações, objetivamos apresentar uma definição a este fenômeno recente, buscando apreender as implicações econômicas e sociais que conformam a inserção do “terceiro setor” na sociedade capitalista.

Vale ressaltar que o interesse pelo tema relativo ao “terceiro setor” surgiu devido à participação enquanto estagiárias em uma Organização Não Governamental-ONG. Nesse contexto, ocorreu o interesse pela pesquisa, com intuito de analisar as contradições próprias dessas entidades, principalmente no que se refere ao pretense caráter público, apesar da sua clara natureza privada, uma vez que se caracteriza como uma entidade não governamental sendo, entretanto, movida através das parcerias estabelecidas entre o Estado e o mercado.

O processo metodológico adotado para a realização deste trabalho deu-se através da pesquisa bibliográfica, sendo realizado por meio do estudo de textos e de produções teóricas envolvendo temáticas sobre a reestruturação produtiva, o neoliberalismo, a reforma do Estado, “terceiro setor”, o surgimento do serviço social, a atuação do serviço social no âmbito do “terceiro setor”, a trajetória histórica das políticas sociais e o acirramento da “questão social”, as quais ofereceu o suporte teórico para refletir sobre os fundamentos de nossas indagações.

Para a exposição dos resultados deste estudo, organizamos o referido trabalho em três seções. A primeira fora intitulada: *A emergência da questão social e as implicações das políticas sociais no Estado neoliberal*, no qual será exposto o contexto histórico das políticas sociais, a precarização dessas políticas que com a contrarreforma do Estado tornaram-se, focalizadas, descentralizadas e privatizadas; em seguida analisaremos a crise do *Welfare State* e sua inexistência nos países pobres periféricos, o processo de reestruturação produtiva que implica em mudanças, principalmente no que se refere nas condições materiais e espirituais, num cenário de complexificação da vida cotidiana. Ocorre um destaque às relações sociais de produção, em que suas manifestações e situações são aprofundadas para o atendimento das emergências capitalista de revitalização de seu sistema em crise, na qual a efetivação do novo padrão de acumulação vem intensificar a exploração do trabalho, em que os direitos sociais dos trabalhadores são minimizados e paulatinamente retirados, ocorrendo o acirramento do pauperismo e o enfrentamento da “questão social” mediante a ascensão das políticas sociais.

Na segunda seção será abordada: *As tendências das políticas sociais e a legitimidade do serviço social no cenário brasileiro*. Nesse momento trataremos das políticas sociais como

espaço de atuação do serviço social e seu surgimento no cenário brasileiro, destacando o acirramento da “questão social” e suas refrações no contexto neoliberal.

A terceira seção discorrerá sobre *O novo trato da “questão social” e o “terceiro setor” em questão*, procuramos caracterizar o “terceiro setor” salientando a heterogeneidade das abordagens feitas por seus estudiosos e apontando suas fragilidades em construir-se financeiramente como uma instituição autônoma sem fins lucrativos, e também o vínculo direto mantido pelo Estado e o mercado com essas instituições.

Dessa maneira, o “terceiro setor” se constitui em mais uma das estratégias do capital para enfrentar sua crise, portanto estas entidades com fins públicos, porém sendo de fato privadas, apresentam-se como uma mediação pertinente ao reordenamento do capital cuja finalidade consiste em conservar as relações sociais capitalistas e acentuar a impossibilidade de uma nova forma de sociabilidade. Destacaremos ainda, sobre a refileantropização da “questão social” e a inserção do serviço social no âmbito do “terceiro setor” na contemporaneidade.

O presente trabalho busca contribuir com o debate acerca do “terceiro setor” na sociedade capitalista, com o objetivo de colaborar com o que vem se processando desde a década de 1970 perpassado por questões muito amplas, em destaque o retrocesso que as políticas sociais vêm sendo submetidas devido ao avanço do “terceiro setor”.

Seção 1

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIAL E AS IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO NEOLIBERAL.

Nesta seção ocorrerá uma análise acerca da trajetória e os paradigmas da “questão social”, realizando um resgate histórico sobre sua gênese, tendo como pressuposto discorrer sobre as primeiras medidas de intervenção do Estado com relação às expressões da questão social, situando-a no período de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista.

O intuito é compreender os elementos da “questão social” e suas diversas expressões, bem como analisar o surgimento das políticas sociais e o papel assumido pelo Estado conforme dito o projeto Neoliberal, que busca um Estado Moderno (antidemocrático) orientado a desregulamentar direitos históricos, contribuindo para a rentabilidade do grande capital mundial, comprometido em ofertar minimamente os serviços sociais, de maneira focalizada e seletiva a classe trabalhadora.

No desenvolvimento dessa seção será exposto o conceito das políticas sociais desde o século XIX e as criações das primeiras legislações, destacando algumas medidas de proteção ao trabalhador que se generalizou após a II Guerra Mundial com o advento do *Welfare State*, este apenas nos países considerados de capitalismo avançado.

1.1 AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA FACE À CLASSE TRABALHADORA: O ACIRRAMENTO DO PAUPERISMO E A INTENSIFICAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL.

Com acirramento do processo de industrialização do sistema capitalista concorrencial há uma intensificação da contradição essencial do sistema capitalista: a produção social da riqueza, e sua apropriação privada. A partir daí, tem-se a desigualdade social, na qual se encontra a concentração da propriedade privada e da riqueza num pólo, e no outro, o pauperismo e a exploração do trabalho assalariado, como uma das principais implicações da subordinação do trabalho ao capital nas relações sociais. Segundo Netto:

[...] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revela capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços. Tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso afetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2011, p.42).

Dessa forma, o pauperismo gritante da classe trabalhadora constitui-se como uma das formas de expressão da “questão social”¹, tendo sua raiz material concentrada na acumulação capitalista. Considerando que o surgimento da “questão social” está vinculado ao desenvolvimento das forças produtivas do industrialismo e a ampliação de mercado no século XIX, ocorrem alterações radicais nos processos da economia e nas relações de produção, sendo que mediante as incorporações das máquinas ao processo produtivo se gera uma nova dinâmica industrial, concentrando nas cidades mão de obras e exigindo dessas uma nova disciplina nas fábricas. Vale destacar que as condições materiais e políticas dos operários são afetadas, conforme Pimentel (2007) expõe.

¹ Utilizamos aqui a expressão “questão social” entendendo-a como um fenômeno social que se encontra enraizado na contradição capital x trabalho. Em outros termos, trata-se de um fenômeno que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção. Assim, nos referenciamos na concepção elaborada pelos autores Carvalho e Yamamoto (1983), os quais afirmam o fato de que a “questão social” não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p 77).

Em síntese, a questão social, originalmente expressa no empobrecimento do trabalhador, tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente, passa a ser reconhecida como problema na medida em que os trabalhadores empobrecidos, de forma organizada, oferecem resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores perante o capital. No percurso do desenvolvimento capitalista atravessado por lutas sociais entre o capital e trabalho constituem-se respostas sociais, após problemas daí decorrentes, mediados ora por determinadas organizações sociais, ora pelo Estado, num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital (PIMENTEL, 2012, p. 12).

Compreende-se que o trabalhador torna-se mais pobre devido a grande exploração da burguesia sobre a compra e venda da força de trabalho, na qual o mesmo não tem chance de escolha, pois a luta constante desses trabalhadores é em prol de sua sobrevivência. Segundo Pastorini (*apud* Yamamoto, 2010) as manifestações inerentes à “questão social” tem cerne a partir da Lei Geral da Acumulação do capital, descrita por Marx, na sua obra “O Capital”. Entende-se assim que a pobreza², as desigualdades sociais surgem desde a gênese do capital com o processo de industrialização na busca pelo acúmulo de riqueza.

Nesse contexto, o pauperismo é decorrente da acumulação do capital e ao mesmo tempo torna-se necessário para manutenção da lógica capitalista, pois os meios de produção estão totalmente concentrados nas mãos da classe dominante (minoridade), ou seja, a riqueza só se concentra em poder desta classe, enquanto o pauperismo se concentra nas mãos da classe trabalhadora (maioria), visto que esta classe é a responsável pela produção da riqueza e, no entanto, não se apropria da riqueza produzida, resultando em uma polarização entre riqueza e pobreza.

Pode-se dizer que esta relação contraditória, entre esses dois pólos antagônicos, somente se tornou um elemento de preocupação para a burguesia mediante a ascensão das diversas organizações e movimentos realizados pela classe trabalhadora, que lutavam em prol de melhores condições de vida e de trabalho, tornando-se uma grande ameaça para a ordem vigente e aos interesses do capital.

Destaca-se que no século XIX os trabalhadores começam a demonstrar seu descontentamento através de mobilizações e de organização do movimento operário, reivindicando e pressionando o empresariado e o Estado. Dessa forma, se faz presente à

² A pobreza no modo de produção capitalista se diferencia da pobreza existente nos outros modos de produção, devido a grande contradição do capitalismo, em que a produção se torna cada vez mais social e apropriação cada vez mais privada.

intervenção inibidora da classe burguesa, que busca impedir o acesso igualitário da classe operária à socialização da riqueza.

Neste sentido, Netto (2011) afirma que:

[...] o cuidado com as manifestações da ‘questão social’ é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa (NETTO, 2011, p.44).

Vale ressaltar que a expressão “questão social” surgiu na Europa Ocidental, na metade do século XIX, na tentativa de designar o fenômeno do pauperismo resultado da exploração intensa da classe proletária. Nesse momento, os operários reagem às condições de miserabilidade social a que estavam submetidos, segundo Iamamoto e Carvalho (1991) a classe operária exigia seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Através da manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, exige-se outros tipos de intervenção, além da caridade e da repressão.

No decorrer dos anos, com os progressos da acumulação e das mudanças³ advindas do sistema capitalista, surgem outras expressões da “questão social”, logo ocorre à emergência por outras formas de enfrentamento que foram desenvolvidas neste período, na qual ficaram marcadas pelo aprofundamento das contradições adversas do modo de produção do sistema capitalista. Para Netto (2007),

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. (NETTO, 2007, p.57).

No estágio do capitalismo monopolista há um acirramento das contradições típicas da sociedade burguesa, desta forma as expressões da “questão social” exigem da classe

³ Estas mudanças referem-se às respostas que o sistema capitalista encontra para resolver suas crises intrínsecas e continuar garantido o processo de acúmulo e expansão do capital. Tais modificações se dão no âmbito da organização do trabalho e da produção. Exemplos emblemáticos: Fordismo, taylorismo; toyotismo, reestruturação produtiva.

dominante o enfrentamento mais politizado que fosse capaz de amenizar os conflitos sociais gerados pela luta capital/trabalho, tendo em vista as constantes ameaças da “questão social” para a ordem vigente.

Durante o capitalismo monopolista, o Estado adquire um papel de conciliador/mediador entre os interesses de classes, no qual a sua intervenção prática tornou-se necessário para a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, ou seja, mediador entre os interesses opostos de ambas as classes como forma de escudo da burguesia. Destaca Iamamoto (2008),

É importante lembrar que foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a ‘*questão social*’ para a esfera pública. Os conflitos sociais passam a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais. (IAMAMOTO, 2008, p. 160)

Nesse contexto, a “questão social” juntamente com outros fatores colaborou para a derrocada do Estado Liberal⁴ e a adoção de medidas por parte do Estado Capitalista. Sobretudo logo após a crise econômica a qual a maioria dos países no período de guerra foram submetidos, ocorreu a Grande Depressão⁵, modificando o perfil desenvolvido pelo Estado. Sendo assim com a quebra da bolsa de Nova York em 1929, o sistema capitalista sofre uma crise de escalas, o que resulta na combinação da queda dos níveis de produção e no aumento violento do desemprego.

⁴ Para que possamos apreender o alcance de tais transformações e a forma como o Estado capitalista encontrou para lidar com a “questão social”, nos diferentes momentos históricos, iremos percorrer, ainda que superficialmente, o desenvolvimento destas transformações no Estado. O primeiro modelo de organização estatal, o Liberal, nasceu junto com o próprio capitalismo. O século XX irá assistir à sua derrocada. O princípio básico deste modelo de organização estatal é a “teoria da mão invisível” de Adam Smith, que preconiza que o mercado se autorregula, não sendo necessário qualquer tipo de intervenção estatal. Pelo contrário, uma possível intervenção estatal só viria a prejudicar o equilíbrio das forças no mercado. As funções do Estado, em sua formatação liberal, estariam limitadas ao zelo pela segurança pública e pelos direitos civis aqueles direitos necessários à liberdade individual, segundo (Marshall, 1967). No modelo liberal, os indivíduos, livremente (através do seu direito à liberdade) e como iguais (direito à igualdade) disputavam no mercado o seu “lugar ao sol” e o fracasso ou a conquista, neste mercado, nada tem a ver com a coletividade – no caso representado pelo Estado.

⁵ Para um melhor entendimento sobre o assunto relacionado à grande depressão ver Hobsbawm (1995), na obra “A era da catástrofe”.

A partir deste desastroso contexto, as ideias de John Maynard Keynes⁶ vão ganhando espaços, em que se adéquam aos benefícios da eliminação permanente do desemprego em massa, pois o que se percebe é que a renda dos trabalhadores com pleno emprego instigariam as economias em recessão, e a partir daí começaria a discussão a cerca do novo modelo de organização estatal, sendo o Welfare State a combinação da doutrina Keynesiana⁷ com o modelo fordista de produção⁸ (Pereira, 2001).

Vale destacar que a crise estrutural do capitalismo iniciou na década de 70 com a exaustão do modelo fordista, decorrente do baixo acúmulo do capital em nível pleno que provocou impactos reais no mundo do trabalho, devido à queda da taxa de lucro.

A “questão social”, desde a sua eclosão e da crise da acumulação rígida vem assumindo novas configurações e manifestações, pela sua estreita relação (capital/trabalho) e as transformações operadas no “mundo do trabalho”⁹. Sobre isso, Pastorini (2010) afirma que as manifestações da “questão social” contemporânea, não ocorrem de maneira natural, mais decorrente das consequências da crise de 1970, a partir do desenvolvimento tecnológico que intensificou o desemprego (exército industrial de reserva) e concomitantemente, elevação da pobreza e desigualdade social. Destaca-se que “as transformações nos métodos de produção ocorre simultaneamente a uma série de mudanças, na criação de novas formas de trabalho, na contratação da mão de obra, nos níveis de desemprego na organização dos trabalhos [...]” (PASTORINI, 2010, p.31).

Devido a este acontecimento houve a necessidade de reorganizar o processo de produção da classe trabalhadora, sendo denominadas como reestruturação produtiva capitalista, ocorrendo assim a implantação de novas formas de trabalho que tendem a

⁶ Foi um economista britânico cujos ideais serviram de influência para a macroeconomia moderna, tanto na teoria quanto na prática. Suas ideias serviram de base para a escola de pensamento conhecida como economia keynesiana. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Maynard_Keynes acessado em 03/07/2013.

⁷ A doutrina keynesiana estimulou a criação de medidas macroeconômicas que incluíam a regulação do mercado a formação e o controle de preços, a emissão de moedas, a distribuição de rendas, o combate à pobreza e etc., visando à socialização do consumo.

⁸ O padrão fordista de produção caracteriza-se pela produção em série, de larga escala, que envolvia um grande número de trabalhadores manuais, tarefas fragmentadas e minuciosas, relativamente bem pagos e protegidos por legislação trabalhista.

⁹ Segundo Antunes (1995) em seu livro *Adeus ao Trabalho* estas mudanças no mundo do trabalho se dá desde a crise estrutural da década de 70, crise essa que dura até hoje, onde o fordismo passou a ser mesclado pelo Toyotismo, a produção começou a ser de acordo com a demanda e não mais em massa, o trabalhador tornou-se polivalente atuando com várias máquinas ao mesmo tempo, com isso o trabalhador tinha sua mão de obra extremamente desvalorizada, surgindo a terceirização, a subcontratação, queda salarial trabalhos temporários e o desemprego. Com toda essa tecnologia o trabalhador era explorado e nem se dava conta.

flexibilizar as novas formas de produção que passou a ser legitimadas pelas políticas neoliberais.

Segundo Antunes (2010), durante década de 1970 ocorreram profundas transformações atingindo principalmente a classe trabalhadora, sua forma de agir bem como em sua subjetividade. Vale destacar que esse momento foi marcado pelo salto tecnológico, ocorrendo avanços significativos na área da robótica e microeletrônico atingindo principalmente o mundo das fábricas, e conseqüentemente desenvolvendo uma nova reorganização no processo de trabalho.

Dessa forma, impulsionando pela descentralização produtiva e avanço tecnológico ocorreu à exigência de um trabalhador polivalente como Antunes (2010) afirma.

Uma produção vinculada à demanda visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor [...] [que] fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções [...] [com] processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas (ANTUNES, 2010, p.54).

Portanto, diferente do operário e da produção fordista, caracterizado por sua rigidez no processo produtivo, o operário e a produção toyotista se diferenciam pela multifuncionalidade do trabalhador, que manuseia até cinco máquinas, e pela produção que se voltava a atender necessidades distintas.

Com a reestruturação produtiva há um reordenamento das respostas à “questão social”, que passam a ser orientadas pela política neoliberal – regida pelo capital financeiro – que impõe medidas políticas como: a privatização dos serviços públicos, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a redução de gastos com áreas sociais e a mercantilização e terceirização dessas áreas. Dessa forma, de acordo com Iamamoto (2008):

[...] as respostas à ‘questão social’ passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de “combate à pobreza e à exclusão social” (IAMAMOTO, 2008, p.162).

Nos dias atuais há um forte retrocesso social, que leva a uma naturalização ou moralização da “questão social”, implicando em manifestações que são conduzidas pelo Estado, pelas empresas ou por organizações não governamentais (ONGs), através de programas de combate a pobreza e assistencialistas¹⁰.

Este procedimento ocorre em nível mundial, pois a investida capitalista nos últimos 30 anos implicou no aumento das desigualdades sociais de forma global, visto que a exploração e o pauperismo, bem como os conflitos que procedem dessas condições não se limitam apenas aos países periféricos, mas também, atingem mesmo que em menor grau, as grandes potências.

Na contemporaneidade, as desigualdades sociais são naturalizadas ou sofrem um processo de criminalização da pobreza, sendo assim tende a ocorrer uma fragmentação tanto na “questão social”, como nas formas de enfrentamento de suas expressões.

Mesmo diante de uma nova roupagem a “questão social” torna-se visível para a lógica que se sobressaía e a naturalizava, pois o que acontece é a sua regressão ao século XIX, passando a administrá-la como uma questão moral e/ou de polícia.

A “questão social” ora vista como caso de polícia se consubstanciou como uma ameaça ao Estado, sendo necessário redimensionar sua forma de tratamento, tendo em vista desmobilizar a classe trabalhadora frente às lutas sociais e o apaziguamento das mobilizações, em que as políticas sociais aparecem como uma alternativa estatal para mascarar a desresponsabilização do Estado.

Dessa forma, buscando aprimorar esse “novo” tipo de enfrentamento estatal para desmobilizar a classe trabalhadora, a seguir trataremos sobre o surgimento das Políticas Sociais e sua ação diante a proposta do Neoliberalismo.

Portanto, as implicações do processo de reestruturação produtiva face à classe trabalhadora possibilitaram o acirramento do pauperismo e a intensificação da “questão social”, implicando diretamente na ascensão das políticas sociais que ao mesmo tempo assegura direitos relacionados ao trabalhador, desmobiliza a classe trabalhadora na luta em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

¹⁰ Os programas de combate à fome e à pobreza são conduzidos de acordo com a realidade de cada país, porém, a Organização das Nações Unidas (ONU) é o órgão internacional que discute formas e que auxilia na implementação desses programas, principalmente nos países periféricos.

1.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: FOCALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO.

Como vimos anteriormente à existência da Política Social está associada à constituição da sociedade burguesa. O específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se, possibilita o aparecimento de práticas interventivas face à “questão social” realizadas pelo Estado em um dado momento histórico. Conforme Netto (1992) as políticas sociais deram-se no âmbito do denominado *capitalismo dos monopólios*. Com isso, essas se constituem como uma forma de enfrentamento frente às expressões multifacetadas da “questão social” no capitalismo, fruto das relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Diante o denominado capitalismo dos monopólios situa-se que a dinâmica das Políticas Sociais no final do século XIX, em que ocorreu o surgimento de algumas respostas às expressões da “questão social”, período este marcado por reivindicações e pressões, organizadas pelos trabalhadores, que através de suas lutas possibilitaram a incorporação de algumas de suas demandas sociais¹¹ pelo Estado.

Nessa perspectiva, convém, portanto, analisar as políticas sociais como contraditórias, pois ao mesmo tempo em que responde positivamente aos interesses dos representantes do trabalho, proporcionando-lhe ganhos reivindicativos na sua luta constante contra o capital, também atende positivamente aos interesses da acumulação capitalista, preservando o potencial produtivo da força de trabalho e, em alguns casos, até desmobilizando a classe trabalhadora. Tal contradição se materializa devido ao fato de que “[...] erigida no campo de luta dos trabalhadores, ela é sempre e continuamente objeto de investidas do capital no sentido de ‘adequá-la’ aos seus interesses” (MOTA, 2006, p. 01).

Refletindo sobre a natureza das políticas sociais, Mota (2006) considera que estas se constituem um produto histórico das lutas do trabalho, uma vez que correspondem ao reconhecimento do Estado no atendimento das necessidades postas pelos trabalhadores. No entanto, a autora ressalta também o fato de que elas não deixam de ser uma estratégia utilizada pelos capitalistas, na tentativa de incorporar as necessidades encontradas no interior do trabalho, buscando a acumulação do capital. Assim, “[...] se do ponto de vista lógico, atender às necessidades do trabalho é negar as necessidades do capital, do ponto de vista

¹¹ Segundo BARBOSA (2012, p 33) “tratar de demandas sociais faz-se necessário esclarecer que se colocam demandas tanto do capital como do trabalho. As demandas são, portanto, de ambas as classes antagônicas e contraditórias”.

histórico, a Seguridade Social¹² é por definição esfera de disputas e negociações na ordem burguesa” (MOTA, 2006, p.01).

Complementando essa explicação, Mota (2006) afirma que a origem das políticas sociais de proteção social vincula-se ao reconhecimento público dos riscos do trabalho assalariado, os quais se ampliaram de maneira significativa após a Segunda Guerra, como uma forma de assegurar a proteção social de todos os trabalhadores. Nesse contexto a referida autora afirma que:

Em geral, os sistemas de proteção social são implementados através de ações socioassistenciais para aqueles impossibilitados de prover o seu sustento por meio do trabalho, para a cobertura de risco do trabalho, nos casos de doença, acidentes, invalidez e desemprego temporário e para a manutenção da renda do trabalho, seja por velhice, morte, suspensão definitiva ou temporária da atividade laborativa (MOTA, 2006, p. 01).

Este modelo de benefícios previdenciários surgiu no final do século XIX no ano de 1883 na Alemanha no governo do Chanceler Otto Von Bismark¹³, constituindo a seguridade social no século XX. O seu surgimento se relaciona as respostas encontrada diante das greves e pressões dos trabalhadores, sendo visto como um sistema de seguros sociais em que suas características são parecidas com as de seguros privados.

Em relação aos direitos e benefícios que são ofertados para os trabalhadores, estes eram proporcional à contribuição direta das prestações de empregados e empregadores baseados na folha de salário, isso significa dizer que o trabalhador tinha que contribuir com a previdência em prol do acesso aos benefícios. Assim, o modelo Bismarkiano estava destinado a manter diretamente a renda dos trabalhadores em momento de risco social decorrente da ausência de trabalho.

¹² A seguridade social é parte integrante do Estado Social e que constitui, muitas vezes, o elemento central na sua fundação e na abrangência da intervenção social do Estado. A seguridade social nem pode ser restringida nem confundida com o seguro social ou previdência, pois ao menos três elementos se destacam historicamente na sua composição: seguros, saúde e benefícios assistenciais (Boschetti, 2003).

¹³ Otto Von Bismarck, o chanceler de ferro, foi o estadista mais importante da Alemanha do século 19. Coube a ele lançar as bases do Segundo Império, ou 2º Reich (1871-1918), que levou os países germânicos a conhecer pela primeira vez na sua história a existência de um Estado nacional único. Para formar a unidade alemã, Bismarck desprezou os recursos do liberalismo político, preferindo a política da força.

No que se refere ao financiamento da seguridade social no Brasil a partir do início do século XX, este se baseia no modelo *Bismarckiano* que pode ser chamado de modelo previdenciário alemão entre os anos de 1883 a 1888, apresentando como o seu principal objetivo oferecer ao trabalhador e sua família condições melhores de segurança, no sentido de viabilizar renda aos trabalhadores que se encontrassem em situações de riscos sociais, ou seja, aos que não tivesse no seu exercício de trabalho.

Nesta época, este sistema de seguros sociais se identificou com características semelhantes aos seguros privados, pois os direitos a estes benefícios somente eram ofertados mediante a uma contribuição direta que tenha sido efetuada anteriormente, sendo as prestações proporcionais às contribuições realizadas pelos trabalhadores.

No que se refere ao modelo *Beveridgiano* que se estabeleceu após a II guerra mundial na Inglaterra, o seu objetivo se evidencia com particularidades diferentes do modelo anterior, tendo em vista que busca acabar com a pobreza, apresentando como principal característica a garantia por direitos universais a todos os cidadãos, independentes daqueles que estão submetidos a condições de recursos, sendo viabilizados mesmo que minimamente a todos os cidadãos que estão necessitados. O seu financiamento é proveniente dos tributos (orçamento fiscal) e a gestão é pública/estatal, tratando-se de um modelo baseado na unificação institucional e uniformização dos benefícios (Boschetti, 2003).

A lentidão marcou a implementação das políticas sociais no Brasil, se estabelecendo em uma sociedade baseada no trabalho assalariado, e assim, decorria da inclusão de pessoas no mercado de trabalho e sua condição de assalariamento. Compreende-se então, que o objetivo do modelo *Bismarckiano* é orientar e definir a política de previdência social, já o modelo *Beveridgiano* volta-se a atender questões relacionadas à saúde e assistência social.

No que se refere ao modelo de proteção social denominado “*Welfare State*”, sabe-se que este se desenvolveu na década de 1940, tendo sua repercussão conhecida em vários países que passaram a organizar uma política de segurança social, apresentando características apontadas por *Beveridge*, “como um sistema generalista abrangendo um conjunto de população, independente de seu estatuto de emprego ou rendimento; sistema unificado e simples, característica esta que abrange o conjunto dos ricos podendo causar privações de rendimentos; sistema uniforme, independente das prestações do rendimento dos interessados e por fim um sistema centralizado, seu objetivo era preconizar e reformar administramente a criação de um serviço público e único” (ROSAVALLON *apud* NOGUEIRA, 1981, p.115).

Referente à contextualização histórica acerca das políticas sociais, sabe-se que desde o início do século XIX, ocorreram o surgimento das primeiras legislações e algumas medidas de proteção ao trabalhador, sendo generalizado após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com o advento do *Welfare State*, desenvolvido apenas nos países considerados de capitalismo avançado.

Nesse sentido, Faleiros (2011) argumenta que não existiu o *Welfare State* nos países pobres periféricos, e devido à profunda desigualdade de classes o plano político desses países não se beneficiou pelos princípios do Keynesianismo, implicando diretamente no desenvolvimento das políticas sociais de cunho universal. Com isso Faleiros (2000) argumenta que:

Nos países periféricos, com pouca oferta de emprego e com mínima proteção social, a crise se condensa num processo perverso de fabricação da miséria, tanto pela redução do Estado como pela recessão econômica imposta para o pagamento de juros da dívida e obtenção de superávits nas exportações (FALEIROS, 2000, p. 191).

De acordo com o referido autor a estratégia neoliberal minimiza o Estado deixando livre o comércio, tendo em vista o esquema keynesiano que se baseia na intervenção do Estado para acumulação do capital.

Nessa perspectiva, Lessa (2007) aponta que não há indícios que comprove a democratização das relações entre o Estado e a sociedade civil na qual elevasse os indivíduos a influenciar o desenvolvimento de sua sociedade mediante a ascensão do Estado de Bem-Estar, ou seja, não ocorre nenhuma correlação de forças que fosse favorável para os trabalhadores e, portanto, não é esta uma das razões finais das políticas públicas.

Segundo Arrechet (1995), o *Welfare State* também conhecido como Estado Providência é visto de diferentes maneiras, conforme a autora é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como protetor, defensivo e sendo um agente de promoção. O seu objetivo é de lidar com a vida e saúde social, política e econômica do país em articulação com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes.

Vale ressaltar que o *Welfare State* ocorre de acordo com a necessidade de cada país¹⁴, é numa dualidade, respondendo a algumas necessidades do trabalhador e sendo obrigado também a atender as imposições feitas pelo sistema capitalista que é o de reprodução e acúmulo de capital.

Desenvolvia nesse contexto a crise do *Welfare State*, em que Behring (2011) ressalta que,

[...] a crise resultava do poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que corroeram as bases da acumulação, e do aumento dos gastos sociais do Estado, o que desencadearia processos inflacionários [...]. Outro argumento é que a intervenção estatal na regulação das relações de trabalho também é negativa, pois impede o crescimento econômico e a criação de empregos. Para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado social, por meio de políticas redistributivas, é pernicioso para o desenvolvimento econômico, pois aumenta o consumo e diminui a poupança da população (BEHRING, 2011, p. 126).

Além disso, Paniago (2003) destaca que desde o início dos anos 70, ocorreu uma política de barganha aos efeitos devastadores da crise do capital, sendo responsável pela negociação socialdemocrata europeia da consolidação do *Welfare State* nos países avançados. O que orientou a política socialdemocrata de início segundo Mészáros (1995, p. 665) era “[...] jamais desafiar o funcionamento tranquilo da relação- capital, aceitando assim a subordinação estrutural permanente do trabalho ao capital”.

Diante disso a oração dos sociais democratas passou a prometer um avanço gradativo para o socialismo juntamente com a economia de mercado, ou seja, prevalecendo apenas esta economia. No entanto, as concessões ofertadas para a classe trabalhadora foram limitadas somente a alguns países, e os trabalhadores que não estavam incluídos neste grupo sofriam com a exploração elevada do trabalho. Com isso, segundo Mészáros (1995, p.791) “[...] não alteram a relação de forças em favor do trabalho, e nem poderiam”.

Dessa forma, ocorreu uma fragilidade na acomodação reformista que se expôs imediatamente, na qual nessa ocasião fazer concessões já não era mais conveniente para o sistema do capital, em que não haveria transformações nem vantagens para os ganhos do trabalho como era corriqueiro. Portanto, com o consumo excessivo da crise estrutural sobre o padrão de acumulação anterior, fez-se necessário seguir uma linha mais restrita na distribuição dos ganhos de produtividade.

¹⁴ Sobre isso ver mais Behring & Boschetti, 2011.

Em meados do período pós-1970 ocorreu o avanço dos ideais neoliberais¹⁵, tendo em vista a necessidade de a reestruturação produtiva validar seu projeto hegemônico, em que a redução nos índices de crescimento com altas taxas de inflação implicaram na formação de críticas ao Estado social intervencionista, permitindo a instituição do Estado Neoliberal.

Segundo Montaña (1999, p.63) “O Estado para superar a dita crise econômica deve diminuir seus gastos fundamentalmente nos custos sociais reduzindo a parcela do orçamento destinado às políticas sociais”.

Montaña (1999) afirma que as políticas sociais precarizadas são reduzidas em quantidades, qualidades e variabilidade, passando de “serviços estatais” para pobres e pobres “serviços estatais”. Partindo dessa leitura, Behring & Boschetti (2011) analisa as privatizações dos serviços sociais como sendo uma dualidade discriminatória, entre os que podem pagar pelos serviços e os que não podem pagar.

Percebe-se que o Estado não retira todos os serviços sociais, ofertam uma pequena parcela desses para a sociedade civil. Dessa forma, ocorre uma redução na quantidade e qualidade destes serviços, sendo direcionados a atender àqueles que não disponibilizam de recursos próprios para o acesso de tais serviços.

Portanto, compreende-se que os serviços ofertados pelo Estado são pagos pela classe trabalhadora, por isso deveria ser revertida na forma de benefício para a mesma, no entanto é apropriada pela classe burguesa e de forma indevida pelo Estado, como por exemplo, a corrupção e por meio de investimento no próprio capital para sua reprodução e valorização.

Na particularidade brasileira, observa-se que para a adequada discussão acerca da condição das políticas sociais, faz-se necessário compreender as repercussões do processo de “reforma” do Estado brasileiro, iniciado em meados da década de 1990. Entendemos que este redirecionamento diz respeito a uma verdadeira contrarreforma¹⁶ do Estado, se desdobrando no necessário e estratégico surgimento do “terceiro setor”.

¹⁵ Sobre isso ver mais Behring & Boschetti, 2011.

¹⁶ Ratificando este raciocínio, Borón (apud Correia, 2005) salienta que estas “reformas” têm, com efeito, um caráter de “contrarreforma”, uma vez que a vitória do neoliberalismo no campo da cultura e da ideologia não só impôs o seu programa, mas também mudou em proveito próprio o sentido do vocábulo “reforma”. Ou seja, esta expressão possuía “[...] antes da era neoliberal uma conotação positiva e progressista, na medida em que dizia respeito a uma concepção iluminista, estando por isso vinculada às transformações sociais e econômicas orientadas para uma sociedade mais igualitária, democrática e humana. Contudo, o termo foi apropriado e ‘reconvertido’ pelos ideólogos do neoliberalismo, num significante que alude a processos e transformações sociais de claro sinal involutivo e antidemocrático” (BÓRON, 1999, *apud* CORREIA, 2005, p. 07). Nesse contexto, as reformas econômicas postas em prática nos anos recentes são, na realidade, contrarreformas, pois estão orientadas para aumentar a desigualdade econômica e social, esvaziando todo conteúdo das lutas em prol da conquista de direitos.

O Estado analisa as reformas políticas e econômicas como extremamente necessárias, já que ocorreria redução de gastos em alguns setores e principalmente nas políticas sociais. Neste sentido, Behring (2011, p.152) “argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para as novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos”.

Behring (2011) pontua alguns argumentos utilizados pelo Estado Neoliberal na tentativa de justificar as privatizações: “Atrair capitais, reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida interna; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estaria sendo ineficiente nas mãos do Estado” (BEHRING, 2011, p.152).

Nesse processo acerca da “Reforma do Estado” é relevante o “Programa de Publicização” voltado para a ação de agências executivas e as organizações sociais em que fundamenta/legitima o “terceiro setor” na execução das políticas públicas, com a possibilidade de parcerias com ONGs e instituições filantrópicas para implementar as políticas sociais públicas.

Dentro dessa órbita de legitimação da “lógica do capital”, as políticas sociais sofrem profundas mudanças passando a ser seletiva e tendo imagem de “doação” reforçando assim o assistencialismo. Com relação a esse aspecto, Behring (2011) cita o trinômio do neoliberalismo que orienta a condição das políticas sociais: privatização, focalização/seletividade e descentralização, perdendo a característica de direitos sociais a partir das lutas sociais.

Dessa forma, as tendências atuais vêm caracterizando as políticas sociais brasileiras a uma sumária precarização, restrição e redução. Assim, vejamos como se estabelece a desarticulação das políticas sociais frente à lógica neoliberal.

No entendimento de Porto (2007), o processo de institucionalização das políticas sociais remete a um processo que fragmenta e parcializa a “questão social”. Acerca desse assunto, admite-se o aspecto de que “as sequelas da ‘questão social’ são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas” (NETTO, 1992, *apud* PORTO, 2007, p. 143), no sentido de encobrir as contradições próprias do ordenamento burguês.

No que se menciona ao princípio referente à focalização, salientamos o aspecto de que ele se adapta perfeitamente à lógica do neoliberalismo, principalmente a partir do desenvolvimento de programas sociais nos anos 80, “[...] em que a dimensão relativa à focalização das políticas sociais implica o fato de que os gastos e investimentos em termos de ações públicas devem privilegiar, fundamentalmente, as populações submetidas à condição de extrema pobreza ou pobreza absoluta” (PORTO, 2007, p. 143).

Nesta dinâmica, a prática da focalização, segundo os defensores do neoliberalismo, implica direcionar o gasto social para programas com público-alvo pré-definidos e seletivamente escolhido por sua maior necessidade e urgência comprovada, se dirigindo aqueles extremamente pobres.

Diante disso, Porto (2007) ressalta que no tocante à participação do Estado no âmbito da esfera pública, em conformidade com o princípio de focalização, esta deveria se estabelecer apenas de forma residual, na busca por redirecionar os gastos sociais na perspectiva de uma lógica marcada pela eficiência e eficácia.

Além disso, o Banco Mundial difunde amplamente a tendência que diz respeito à focalização, considerando como uma forma mais eficiente e racional de alocação de recursos escassos. Sobre isso, Pereira *apud* Porto (2007) assinala que,

A focalização afigura-se, assim, como um princípio antagônico ao da universalização [...]. Trata-se de uma tradução dos vocábulos ingleses *targeting* ou *target-oriented*, oriundos dos Estados Unidos e adotados pelos governos conservadores europeus, principalmente na Inglaterra, com Margareth Thatcher, os quais concebem a pobreza como um fenômeno *absoluto*, e não relativo, com todas as implicações que tal concepção acarreta: apelo à generosidade dos ricos e afortunados para ajudarem os mais pobres, ênfase na família e no mercado como principais agentes de provisão social; proclamação da desigualdade social como um fato natural. E mais: significa desviar a atenção política da satisfação das necessidades sociais – devido ao seu caráter complexo e multideterminado – para a adoção de soluções técnicas, tidas como inovadoras, aparentemente neutras e facilmente controláveis (PEREIRA, 2003, *apud* PORTO, 2007, p.144 – grifo da autora).

As agências internacionais provocaram uma modificação no sentido do termo focalização, em que segundo Boschett (*apud* Porto, 2007), a concepção apreendida pelo

ideário neoliberal aproxima a ideia de focalização à universalização, uma vez que remete “[...] a necessidade de conceder o devido destaque aos grupos sociais que merecem um atendimento prioritário, com vistas à redução das desigualdades” (PORTO, 2007, p. 144).

A autora afirma também que o princípio que se refere à focalização tem repercutido no âmbito particular da política de assistência social. Nessa direção, buscando sistematizar sua análise, Porto (2007) cita Boschett; Ferreira (2003) para examinar os programas sociais consolidados na LOAS. Sobre os referidos programas assistenciais, as autoras asseveram que,

A tendência verificada nestes programas, com exceção do BPC¹⁷ e do Bolsa-Escola (PGRM), é de selecionar segmentos bem específicos e, ainda, focalizar ações ditas de “extrema vulnerabilidade ou em situação de risco social”. A seleção é feita, assim, baseada em critérios que elegem categorias vulneráveis e com baixa renda, o que os torna muito restritivos e residuais. Assim, a focalização associada à seletividade, ao eleger por risco aqueles já selecionados por renda e segmento, não contribui para reduzir desigualdades, e acaba fortalecendo uma maior exclusão de acesso aos programas. Tal perspectiva torna a assistência uma política cada vez mais curativa, agindo sob os efeitos do problema, e limita sua potencialidade preventiva, com funções e natureza mais genérica (BOSCHETTI; FERREIRA, 2003, *apud* PORTO, 2007, p.145-146).

Com isso a focalização se estabelece enquanto uma estratégia que objetiva reduzir os orçamentos direcionados à área social. Em decorrência desse processo, o Estado, mais uma vez, se desresponsabiliza em prover respostas às sequelas da “questão social”, e em contrapartida, sustenta a tese de que a sociedade civil deve arcar com o desenvolvimento das políticas sociais.

Dessa forma, entendemos que “[...] o princípio da focalização caracteriza-se pela absoluta impossibilidade de contemplar, de maneira ampla e digna, o conjunto dos segmentos sociais submetidos à condição de pobreza [...]” (PORTO, 2007, p. 146; grifo da autora). Através da adoção desse princípio, somente aqueles segmentos sociais considerados extremamente pobres conseguem ser temporariamente atendidos pelos serviços sociais.

¹⁷ Benefício de Proteção Continuada da Assistência Social – BPC - LOAS, é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja operacionalização do reconhecimento do direito e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e a segurador por lei, que permite o acesso de idosos e pessoas com deficiências às condições mínimas de uma vida digna. (www.previdencia.gov.br).

No que se refere ao princípio da *descentralização* que vem sendo implementado nas políticas sociais em conformidade à lógica neoliberal, Porto (2007) ressalta que ele se relaciona às mudanças que emergiram no mundo do trabalho e no âmbito estatal, tendo em vista que estes têm impulsionado transformações significativas nas modalidades de práticas sociopolíticas. Por isso, para a autora,

No contexto dessas transformações, adquire destaque a crise da proteção social, ocorrida no limiar dos anos 70, em que a concepção de descentralização passa a ser concebida como uma alternativa aos problemas relacionados, simultaneamente, à contenção das despesas sociais e ao aumento da eficiência dos equipamentos coletivos (PORTO, 2007, p. 146).

Além disso, Porto (2007) evidencia que com a Constituição Federal de 1988 a descentralização passou a ser vista como uma mediação de extrema importância para promover uma revalorização do poder local, bem como propiciar uma revalorização da participação popular.

Somado a esse processo, existe ainda fortes determinantes que aproxima a descentralização à democracia, na medida em que esta última vem permitindo, após um período de mais de vinte anos de centralização político-administrativa, uma descentralização das práticas estatais.

No entanto, “[...] a descentralização vem sendo, sobretudo, nos últimos anos, apropriada pelas instituições internacionais de financiamento, visando ao saneamento fiscal e social das sociedades periféricas” (PORTO, 2007, p.146). Complementando essa explicação, Stein (apud Porto, 2007) destaca que;

A descentralização como estratégia de redução do gasto público identifica-se com a seletividade do atendimento de demandas e necessidades e contrapõe-se às expectativas de universalização dos direitos sociais. Tal proposta é analisada por diferentes autores [...] como necessidade política de neutralizar as demandas sociais, desconcentrando os conflitos e envolvendo a população na busca de solução para seus próprios problemas. Trata-se de argumento utilizado pelos liberais, de par com a tese do Estado mínimo, onde o mercado aparece como o melhor e mais eficiente mecanismo de alocação de recursos (STEIN, 1997, apud PORTO, 2007, p.146-147).

Segundo Porto (2007), Stein considera que o conceito de descentralização, no entender da lógica liberal, apresenta como objetivo possibilitar à gestão *centralizada* uma nova direção, contemplando a transferência do poder em três direções essenciais, quais sejam: “da administração direta para a indireta; do poder federal aos governos estaduais e municipais; e do Estado para a sociedade civil [...]” (PORTO, 2007, p.147). Vale ressaltar que, como diz a autora mencionada acima, esta última vertente se caracteriza pela participação das organizações não governamentais – ONGs, entidades com caráter filantrópico e comunitário, bem como das empresas privadas.

Nessa totalidade, a autora assegura que todas as instâncias acima analisadas propõem que as diversas decisões sejam tomadas de maneira autônoma com referência ao poder central. No entanto, baseando-se na concepção de Stein, Porto (2007) destaca que “[...] a descentralização vem se traduzindo, na maioria das vezes, em efetiva desconcentração, caracterizando-se, nesta última acepção, como mera transferência de encargos, responsabilidades e competências funcionais sem a correspondente redistribuição de poder” (PORTO, 2007, p. 147).

A prática da descentralização tem favorecido o aumento das desigualdades sociais, em que os serviços sociais vêm adquirindo um caráter de fragmentação. Em razão deste argumento, concordamos com a ideia que considera como uma das piores consequências desse tipo de prática consiste no aumento das privatizações, uma vez que esta “[...] gera uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um nicho lucrativo para o capital ” (BEHRING, 2003, p. 105).

No âmbito do trinômio neoliberal, analisaremos agora o processo de privatização, que vem culminando em uma precarização das políticas sociais públicas, tendo em vista que “[...] caracteriza-se por implicar a transferência da produção de bens e serviços – até então agenciadas, majoritariamente, pela esfera estatal – em direção à instância privada ou setor mercantil” (PORTO, 2007, p. 149).

Segundo Kameyana (*apud* Porto, 2007), a tendência relativa à privatização dos serviços sociais públicos se materializa através de determinadas modalidades. São elas;

A transferência (incluindo venda) para a propriedade privada de estabelecimentos públicos; a cessação de programas públicos e o

desengajamento do governo de algumas responsabilidades específicas (privatização implícita); as reduções (em volume, capacidade e qualidade) de serviços publicamente produzidos, conduzindo a demanda para o setor privado (privatização por atribuição); o financiamento público do consumo de serviços privados – através de contratação e terceirização, reembolso ou ‘indenização’ dos consumidores, tíquetes e vales com pagamento direto aos provedores privados; e as formas de desregulação ou desregulamentação que permitem a entrada de firmas privadas em serviços antes monopolizados pelo governo (KAMEYAMA, 2002, *apud* PORTO, 2007, p.149).

A autora destaca ainda que essas medidas de caráter privatizante resultam no aumento da pobreza e das desigualdades sociais. No entanto, foram amplamente difundidas durante os governos dos presidentes Fernando Collor de Melo (1990 a 1993) e Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), tendo em vista enfrentar a crise econômica, o aumento do desemprego e a redução dos salários dos trabalhadores.

Buscando complementar a concepção de Kameyama (2002), Laurel (*apud* Porto, 2007) destaca que são necessárias três condições básicas para a efetivação do processo de privatização das políticas públicas, as quais destacam: a criação de uma demanda para os serviços privados; geração de mediações que possibilitem o financiamento com o objetivo de cobrir os altos custos dos serviços privados; e, por fim, a necessidade de maturidade por parte do setor privado para que seja aproveitado o incentivo à sua expansão.

Portanto, com a introdução do projeto neoliberal no Brasil, a privatização das políticas sociais acentua e transforma os serviços sociais em bens de mercado, o que acarreta a precarização dos serviços sociais. Assim,

Em condições de pobreza majoritária, de subemprego e desemprego e de salários minúsculos, o ‘bem-estar privado’ comprado no mercado ou negociado no contrato coletivo da empresa, oferece alternativa somente a uma minoria. Além disso, os serviços públicos tornam-se absolutamente insuficientes, pela drenagem sistemática de recursos para o sistema privado [...]. A eliminação das instituições solidárias e coletivistas, tal como prescreve a doutrina neoliberal, não só nos distancia do universalismo dos direitos sociais como nos faz avançar em direção ao passado. Estamos saindo do século XX, mas para entrar no século XIX, ressuscitando o *Estado assistencialista* (LAUREL, 2002, *apud* PORTO, 2007, p. 152 – grifo da autora).

Em decorrência da análise desenvolvida, partimos do fato de que a promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou o período de redemocratização da sociedade, como também um período de grandes conquistas políticas e sociais, no qual foram ampliados e garantidos os direitos sociais que antes eram vistos apenas como uma ajuda do Estado. Entretanto, na mesma conjuntura dessas conquistas sociais, a ideologia neoliberal foi ganhando força no país, sendo implementadas “reformas” que objetivaram reduzir a atuação e os gastos do Estado na área social, configurando um retrocesso na efetivação dos direitos sociais.

Nessa direção, Paniago (2001) relata que:

A Constituição Federal de 1988 está repleta de conquistas e políticas sociais não regulamentadas, ou esvaziadas em seu objetivo distributivo, pois surgiram no momento em que a ofensiva neoliberal e suas estratégias de recuperação das taxas de lucratividade afetadas pela crise mundial encontravam-se em plena implantação no Brasil.(PANIAGO, 2011, p. 11)

O que se percebe acerca do Estado neoliberal, é que suas estratégias se constituem em uma lógica fundante e essencial para o “capital”, ou seja, a lucratividade acerca das mercadorias produzidas pela classe trabalhadora.

Diante do contexto neoliberal o Estado vem reafirmando essa lógica lucrativa, e para manter o sistema em pleno funcionamento vem utilizando o fundo público¹⁸, para manutenção do capital, descentralizando o seu papel e reduzindo cada vez mais os custos com as Políticas Sociais Públicas. Na crise atual do capitalismo e em outras crises que o capitalismo já superou, o fundo público vem sendo utilizado para refinanceirização da riqueza, isto tem ocasionado uma perda para os direitos sociais e para as políticas sociais públicas.

A ideia do mercado reverenciada pelo neoliberalismo tornou-se global, tendo como principal objetivo consolidar o sistema capitalista, retraindo o Estado e suas políticas sociais,

¹⁸O fundo público brasileiro está inserido no contexto neoliberal, portanto, faz parte da relação capital trabalho, onde o trabalhador através dos seus impostos é um dos principais financiadores do fundo, que tem seus recursos de forma regressiva, onde a seguridade social sofre os impactos desta realidade da arrecadação tributária brasileira. Que desde a década de 1990 não sofre alterações e precisa ser reformada para que, aconteça a redistribuição de recursos de forma igualitária, para que os direitos sociais sejam efetivados e as políticas sociais públicas sejam ampliadas de forma que supere a focalização e a seletividade imposta pela realidade atual das políticas sociais públicas. (Salvador 2010).

que por sua vez potencializa e garantem a expansão do mercado e a privatização dos serviços sociais públicos.

A meta Neoliberal revela a busca por um Estado forte e enxuto, forte em arrecadação e enxuto para os gastos no setor social. Um projeto societário que enfraquece os campos de luta e garantia dos direitos, que leva os próprios trabalhadores a defenderem os interesses hegemônicos como se fossem os seus próprios interesses, mistificados pelo pensamento neoliberal encontram-se reféns de um presente e um futuro de incertezas. Partindo dessa premissa, existe a necessidade de competência técnica para mediar às políticas sociais como estratégia de enfrentamento diante as expressões da “questão social”, e o Serviço Social surge como estratégia no sentido de minimizar as desigualdades sociais.

Seção 2

AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A LEGITIMIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO.

A discursão desenvolvida nessa seção parte do pressuposto de que a sociedade brasileira contemporânea impôs um novo ritmo no que se refere ao desenvolvimento das políticas sociais, uma vez que a partir da Constituição Federal de 1988 houve inicialmente significativos avanços no âmbito dos direitos conquistados legalmente através da luta da classe trabalhadora, mas que em seguida foram drasticamente restringidos devido ao aprofundamento da crise global do capital, principiada nos anos 70, bem como de suas estratégias de contenção, a exemplo da globalização da reestruturação produtiva e do neoliberalismo.

Pretendemos nesta seção delinear algumas considerações acerca das tendências atuais das políticas sociais brasileira, da “questão social” e do Serviço Social, tendo em vista a vigência dos fenômenos relativos a reestruturação produtiva e ao neoliberalismo que impulsionaram uma série de mudanças, principalmente no que se refere ao reordenamento das funções do Estado burguês, uma vez que condicionou a redução da sua intervenção na economia e na sociedade, para que assim se alcançasse um patamar satisfatório ao processo de reprodução do capital.

Vale destacar que no decorrer desta seção abordaremos sobre o acirramento da questão social e a ascensão do Serviço Social, pois o objetivo deste estará voltado para as configurações do atual contexto, visto que nesta conjuntura o que está explícito é a perda de direitos da classe trabalhadora, acarretando a precarização e a escassez no acesso do cidadão a estes serviços, ou seja, as políticas sociais tornam-se cada vez precarizadas, focalizadas e seletivas.

2.1 POLÍTICAS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL: UMA FORMA DE ENFRENTAMENTO DIANTE O ACIRRAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL”.

Enquanto profissão, o surgimento do Serviço Social atrelou-se como necessidade para responder às expressões da “questão social”, como mecanismo de controle da força de trabalho, bem como para a reprodução e acumulação do capital. Nesse sentido, o Serviço Social se desenvolve relacionado ao Estado, como forma de enfrentamento das manifestações da “questão social” através das políticas sociais, sendo necessários profissionais técnicos que viabilizem a implementação destas. Segundo Netto (2007),

O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificada nas políticas sociais (NETTO 2007, p. 74).

Legitimando a ordem burguesa, o Serviço Social busca controlar e subordinar as demandas da classe trabalhadora através da lógica de acúmulo e reprodução do capital, aos interesses da classe dominante. Iamamoto (2005) expõe que,

Poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante junto à classe trabalhadora. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2005, p. 93-94).

Através de instituições, a sociedade regida pelo capital busca mecanismos que contribuam para a expansão e aprofundamento da subordinação do trabalho ao capital, de modo que contribua com a atualização das formas de controle da força de trabalho, no sentido

de apaziguar os conflitos que surgem em meados da crise. Na interpretação de Mota e Amaral (1998, p. 40) “são exatamente estes campos de intervenção que redesenham o conjunto das práticas sociais, onde se inclui a experiência profissional do Serviço Social”.

O Serviço Social buscando administrar as expressões da “questão social”, através das políticas sociais, necessita organizar suas intervenções baseadas na organização e rebeldia diante às desigualdades sociais. Com isso Iamamoto (2005) destaca que,

[...] ‘questão social’ que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2005, p. 14).

Nesse contexto, o Serviço Social tem suas ações polarizadas pelas classes sociais, tendo em vista que responde as demandas de acúmulo do capital, bem como à necessidade de sobrevivência dos trabalhadores. Assim, impulsiona a reprodução dos antagonismos de classes, em que de um lado reforça as contradições através da implementação de políticas sociais, como cria estratégias favoráveis para reprodução do capital.

Dessa forma, as ações implementadas pelos agentes profissionais da década de sessenta são determinadas pelos interesses da classe dominante, em que não se pode negar que estes, considerando sua perspectiva política, podem também configurar-se como mediador dos interesses da classe trabalhadora, mesmo que o domínio do capital torne suas intervenções limitadas. Iamamoto (2005) reflete que,

[...] Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizada nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da *questão social*, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões (IAMAMOTO, 2005, p.163).

Deste modo, a crise do capital e as investidas do mesmo em relação à classe trabalhadora têm como consequência o desemprego e o acirramento das contradições das expressões da “questão social”. Vale ressaltar que isso ocorre também devido à intensa jornada de trabalho (mais-valia), as condições precarizadas e flexibilizadas dos direitos trabalhistas, ou seja, através da grande exploração que os trabalhadores são submetidos pelos detentores dos meios de produção.

As políticas e os serviços sociais que são implementados pelos assistentes sociais sob a orientação de seu empregador que são eles: “terceiro setor”¹⁹, ONGs, Estado, Empresas Privadas, entre outros, lidam com os gastos sociais, a privatização e a terceirização dos serviços e áreas sociais que são devidamente reduzidas.

Segundo Iamamoto (2005, p.148, grifos da autora), “Esse quadro de radicalização da *questão social* atravessa o cotidiano do assistente social que se defronta com segmentos de trabalhadores *duplamente penalizados*”. Percebe-se, que na medida em que a um aumento das necessidades de sobrevivência da população também ocorre uma diminuição destas políticas em relação a atender as necessidades básicas da classe trabalhadora.

Compreende-se que o profissional de Serviço Social será sempre solicitado para implementação das políticas sociais públicas, tendo em vista que estes profissionais possuem uma visão crítica da realidade na perspectiva de responder as demandas da classe trabalhadora. No entanto, sabe-se que suas ações são restringidas devido à mercantilização dos serviços e a fragmentação de tais políticas, comprometendo os meios de trabalho do assistente social.

¹⁹ A expressão “terceiro setor” será utilizada neste trabalho sempre entre aspas, com vistas a evidenciar a nossa adesão ao ponto de vista defendido pelo autor Montañó (2002), que atribui o conceito de “terceiro setor” como segmentado e setorizado a uma estratégia ideológica que, ao invés de esclarecer, encobre sua real funcionalidade com o projeto neoliberal.

2.2 ASCENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO.

O Serviço Social no Brasil emergiu em torno das décadas de 1920 e 1930, em meio ao processo de industrialização e concentração urbana, no qual a classe trabalhadora inicia uma luta em busca de um espaço na vida política e também por seus direitos, isto ocorre por meio de articulação de grandes movimentos sociais. Segundo Estevão (2005), a implementação do Serviço Social se dá neste processo histórico a partir da iniciativa particular de vários grupos da classe dominante, que tem na Igreja Católica sua porta voz.

Durante a República Velha a “questão social” era tratada pelas classes dominantes e pelo o Estado como caso de polícia, ou seja, de forma repressiva, tendo em vista apaziguar os movimentos sociais que confrontavam com o governo, bem como os movimentos grevistas em prol desse benefício, portanto, essas práticas eram consideradas de rebeldia, e necessitava de repúdio através da força policial. No entanto, algumas medidas paliativas eram realizadas na forma de caridade, com objetivo de moralizar a classe trabalhadora. Desse modo, as referidas autoras ressaltam que:

[...] a resposta dada à ‘questão social’ no final do século XIX foi, sobretudo repressiva e apenas incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p.63).

O que se percebe é que a implementação de serviços não fazia parte das reivindicações dos trabalhadores, porém os que mais vão contribuir pra que esta profissão se coloque socialmente são os grupos burgueses. Com isso a autora afirma que:

As condições de trabalho neste país eram as piores possíveis. A jornada diária era sempre calculada de acordo com as necessidades das empresas. Se a fábrica precisasse que seus operários trabalhassem dezesseis horas por dia, trabalhava-se 16 horas por dia. Mulheres, menores de idade (menores de 14 anos inclusive), estavam sujeitos ao mesmo ritmo de trabalho, não tinham direitos a férias nem descanso remunerado no fim de semana. Se o operário ficasse doente não tinha auxílio doença. O trabalho do operário e de sua família era somente para comer (ESTEVÃO, 2005, p.43).

Devido a grande exploração no chão das fábricas, à vida cultural, educação (primária), saúde e os poucos momentos de lazer ficaram a mercê da filantropia/caridade, em que o trabalhador urbano brasileiro e sua família eram visto como subcidadãos²⁰.

Surgem os movimentos sociais com o propósito de defender a vida desta população, sendo este seu único patrimônio. Com isso deu-se início as lutas dos sindicatos na tentativa de defender o poder aquisitivo e em seguida pela publicação de uma lei trabalhista que inspecionasse a forma de exploração a qual os trabalhadores estavam inseridos. Com isso Estevão (2005) ressalta que:

O Estado (governo) respondeu muito timidamente, fazendo alguns decretos e leis que estavam muito longe de dar o mínimo requerido. A única resposta concreta às greves e movimentos foi à repressão policial que, a pesar de bater, prender, e etc., não se mostrou eficiente para acabar com o problema. Temos como saldo, no fim da década de 20, a Lei de Férias (15 dias) e o Código de Menores, que regulamentava a jornada de trabalho das crianças. (ESTEVÃO, 2005, p. 44)

Diante de tal problema as empresas passam a vigiar estas pequenas vitórias, pois o mais preocupante seria o que os trabalhadores iriam fazer nos seus dias de folga. Por serem trabalhadores comuns e sem o mínimo de educação e um devido refinamento, não saberiam administrar os poucos momentos de lazer e seriam presas fáceis para se envolverem com os vícios e conseqüentemente poderia ocorrer alteração em seu caráter, ou seja, tornando pessoas agressivas ou selvagens.

Segundo Estevão (2005), deveria existir medidas sociais para que este tempo livre dos operários fossem disciplinados, e que fossem ofertados equipamentos de lazer, educação formal, e uma boa organização do lar, a qual ajustaria o indivíduo à ordem capitalista industrial, modificando seu desempenho e atitude perante a sociedade. Com isso as empresas passam a ofertar serviços precários como, por exemplo: assistência médica, caixa de auxílio, escolas e vilas operárias e etc. Os empresários e a Igreja Católica através de seu laicato passaram a contribuir para que ocorresse uma associação do proletariado no capitalismo, os quais ficaram responsáveis em assumir a educação social para com os trabalhadores urbanos brasileiros, são as ligas das senhoras católicas de São Paulo e associação das senhoras Brasileiras, do Rio de Janeiro, estes seriam realizados através de uma assistência preventiva e do apostolado social.

²⁰ Sobre isso ver mais em Estevão (2005).

As primeiras formas do Serviço Social no Brasil se deram através da Igreja Católica, a profissão era vista como filantropia e só era exercida por moças burguesas, que tinha como função praticar caridade aos que necessitassem de ajuda, ou seja, os chamados “clientes”. A partir desta vinculação com a Igreja se torna fundamental a abertura das duas primeiras escolas de Serviço Social, a primeira em São Paulo em 1936 e a segunda no Rio de Janeiro em 1937, tornando-as pioneiras do Serviço Social do Brasil.

Vale ressaltar que o surgimento do Serviço Social buscava junto às mobilizações da igreja resgatar os interesses e privilégios corporativos através de uma influência normativa, tendo em vista que este reordenamento da igreja somente foi concretizado através da constituição do chamado bloco católico, pois o interesse desse era lançar pessoas que fossem vinculadas aos dogmas da igreja, para fazer parte da militância intelectual e política em que eram adotadas como premissa, doutrinas sociais totalitárias, projetos de desenvolvimentos harmônicos para a sociedade, capitalismo transfigurado e recristianizados, estes aparecem como concorrentes do socialismo na luta pela conquista e o ajuste das categorias subordinadas.

Assim, a história do Serviço Social está ligada aos fatos históricos que inicialmente se apresenta envolvida com os grandes interesses da classe dominante, mas também responde aos interesses da classe subalterna, logo, esta profissão se constitui como mediador entre ambas as classes.

A história do Serviço Social se constituiu através de um processo que articula a conservação e a renovação. O Serviço Social é uma profissão constituída não de forma contínua e nem linear, mas sua gênese e sua trajetória é sociohistórica, possuindo características complexas. É neste contexto brasileiro que o Serviço Social busca firmar-se historicamente como uma prática de cunho humanitário, através da legitimação do Estado e da proteção da Igreja, a partir da década de 40.

A postura crítica dos/as assistentes sociais da época se voltava aos dogmas da igreja católica, ou seja, os trabalhos prestados pelos mesmos se voltavam a atender os interesses do capital, tendo como objetivo adequar o indivíduo de acordo com a produção estabelecida. Vale destacar que o indivíduo era considerado como “desajustado”, sendo culpabilizado diante da sociedade. Nesse momento ocorre uma nova roupagem do Serviço Social, em que nem todos os profissionais aceitaram e aderiu a essa nova fase da profissão.

Na década de 1960 o Serviço Social descobre as lutas de classes, momento em que chega ao Brasil e a América latina o Desenvolvimentismo e o Serviço Social de Comunidade, com o intuito de impulsionar a América latina para a modernidade capitalista, se esforçando

em conjunto constituído pelo povo-governo na tentativa de promover o progresso de cinquenta anos em cinco. A partir daí passaram a ser examinadas as posturas dos países do chamado terceiro mundo no governo de Juscelino Kubitschek, um método de mudança de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna.

Portanto, esta transição influenciou os projetos profissionais de Serviço Social, visto que este visava contribuir em um processo de desenvolvimento econômico e social do país.

Assim, na década de 1960, o Serviço Social se expande ao assumir as propostas desenvolvimentistas, também em plena expansão nos países Latino-americanos; propostas estas levadas a efeito no Brasil pelos governos de Juscelino e Jânio Quadros (ESTEVÃO, 2005, p. 30).

Ainda de acordo com o autor, diante a modernização da sociedade, o Serviço Social também se moderniza. Com isso, ocorre uma expansão nas funções dos profissionais, pois no Brasil se buscava despertar o gigante adormecido, que uma vez acordado, possibilitaria prosperidade e a paz, e conseqüentemente, a vida do povo e o produto interno bruto²¹ teriam um nível mais elevado.

Com isso, para que esse gigante fosse despertado era necessário industrializar os países a toque de caixa, nem que para isso houvesse a necessidade de inserir capital estrangeiro, pois a prioridade do governo era voltada totalmente para essa industrialização.

A partir da década de 80 apresenta-se a sociedade a intenção de ruptura que se caracteriza por fazer uma crítica sistemática ao Serviço Social tradicional que se entende como,

[...] uma prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da ‘questão social’ sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposto à ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005, p. 06).

²¹ O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. Ver em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto

Nesse contexto, o Serviço Social tradicional possuía uma fragilidade teórica e uma inadequação da teoria prática, possibilitando uma crítica a suas dimensões, principalmente aos seus aspectos teóricos, metodológicos e ideológicos. Assim, a reconceituação manifesta a pretensão de romper com a herança teórico-metodológico do pensamento conservador. Além disso, buscavam-se novas alternativas de formação profissional com o intuito de formar profissionais críticos, partindo de uma análise coerente e crítica da realidade, a partir do método materialista histórico dialético baseado em Marx. Nessa ótica,

A Reconceituação se põe na ordem do dia um intercâmbio e uma interação profissional diferentes, apoiadas nos explícitos reconhecimentos da urgência de fundar uma articulação profissional continental que respondesse as problemáticas comuns da América Latina, uma unidade construída autonomamente, sem as tutelas confessionais ou imperialistas (NETTO, 2005, p. 11).

Dessa forma, os assistentes sociais vinculados ao quadro de subdesenvolvimento sentiram necessidade de propor mudanças sociais, unindo-se contra o Serviço Social tradicional e manifestando-se a favor de um desenvolvimento econômico e social proposto pelo Movimento de Reconceituação.

De acordo com Netto (1992) as primeiras influências do marxismo no Serviço Social “adoçadas” pela autocracia burguesa e pela sua expressão política no regime militar brasileiro, somente adquiriu maior visibilidade durante o processo de abertura democrática, a partir da segunda metade dos anos 70 e no início dos anos 80 do século XX.

Vale destacar que o Serviço Social surge no seio da Igreja Católica e sua base teórica são os conceitos morais e confessionais do neotomismo, e este contexto é fundamentado teoricamente na prática e ao método dialético de Karl Marx. Os primeiros passos para o Movimento de Reconceituação foram movidos pelos impactos das teorias e tentativas de práticas desenvolvimentistas, este movimento trouxe para os assistentes sociais a identificação político-ideológica e de existência antagônica.

Com isso, o Movimento de Reconceituação deu uma efervescência que possibilitou a construção de uma proposta concreta de intervenção, definindo objeto e objetivos do Serviço Social para além do conservadorismo, através da aproximação com o marxismo, até então inexistente. A ditadura militar deu fortalecimento ao conservadorismo no interior da

profissão, sendo responsável por uma renovação modernizadora do Serviço Social, possibilitando a emergência da renovação desta categoria profissional, que teve início a um processo de ruptura profissional em ressonâncias com as tendências do Movimento de Reconceituação que pontuam para uma crítica radical ao tradicionalismo.

Segundo Yamamoto (1999) o Serviço Social tem na sua base de especialização a “questão social” que são as grandes desigualdades sociais postas pela sociedade capitalista, sendo esse trabalho coletivo²², no entanto os resultados se evidenciam como totalmente privado. Assim, os profissionais de Serviço Social terão que atuar junto à “questão social” e suas refrações todo o tempo em sua vida cotidiana.

Dessa forma, o Serviço Social apresenta suas ações voltadas a trabalhar, programar e elaborar políticas sociais públicas para a sociedade. No que se referem às políticas sociais públicas, essas têm como objetivo oferecer a sociedade resposta a cerca da “questão social”.

Vale destacar que os assistentes sociais trabalham com políticas sociais tanto de cunho público como privado, não restando dúvida que essa seja uma determinação fundamental para a constituição da profissão. Assim as políticas sociais públicas são consideradas uma das respostas privilegiadas para a “questão social” e suas refrações, explicando a necessidade das políticas sociais na atuação das relações entre a classe trabalhadora e o Estado.

Somente ano de 1979 no Congresso da Virada, realizado em São Paulo, que o Serviço Social brasileiro tenta romper com o conservadorismo e transcende as suas bases teóricas metodológicas em direção real de forma radical, onde sua base teórica possibilita a real compreensão da realidade social apresentada nas décadas seguintes e em especial a década de 90 em seu processo neoliberal.

Durante a década de noventa, os/as assistentes sociais brasileiros de forma coletiva constroem seu código de ética profissional, apresentando com princípio a superação da sociedade de classes e tendo como horizonte a emancipação humana, instrumento de reflexão e ação na prática profissional, em que a classe trabalhadora é vista como categoria de compromisso social e político, buscando possibilidades de superação desta lógica perversa do capital.

Nesse viés, faz-se necessário a reflexão e construção de espaços de debate para a ampliação dos direitos e encarregar à classe trabalhadora para luta em uma dinâmica de

²² Sobre isso ver mais Yamamoto (1999).

contradição e limites, sabendo que tais limites não eliminam as possibilidades de resistência e luta em seu sentido coletivo organizado e unificado.

Na próxima seção apresentaremos as repercussões sobre o chamado “terceiro setor” bem como a inserção dos profissionais de Serviço Social no referido setor, abordaremos ainda sobre as novas formas de tratamento da “questão social” e suas refrações no contexto neoliberal.

Seção 3

O NOVO TRATO DA “QUESTÃO SOCIAL” E O “TERCEIRO SETOR” EM QUESTÃO.

Nos dias atuais torna-se pertinente discutir sobre o papel do chamado “terceiro setor” na sociedade capitalista, bem como pelas fundações e associações que o compõem, tendo em vista que analisaremos posteriormente sobre o modo de tratamento da “questão social” e os novos desafios postos para os profissionais de Serviço Social neste âmbito.

Torna-se necessário em primeiro lugar, explicitar o que vem a ser este setor, o que tem de diferente ou especial para ser designado desta forma, considerando-se o aspecto de que imperam muitas imprecisões, nas tentativas feitas com vistas a definir o termo. Em segundo lugar porque essa é uma discussão que não deve ficar apenas designada pelos defensores do “terceiro setor”, dentro e fora dos meios acadêmicos, mas deve ser assumida como objeto de investigação pelos intelectuais comprometidos com uma concepção crítica da realidade.

Nesta seção, buscaremos discutir sobre a importância das instituições privadas com fins públicos para a reprodução das relações sociais burguesas. Trata-se, portanto de analisar os elementos que nos permitem refletir sobre a constituição do “terceiro setor” como uma esfera autônoma que emerge no cenário mundial com propósito de responder às problemáticas sociais, na medida em que o Estado é convidado a retirar-se diante das funções que dizem respeito ao enfrentamento da “questão social”.

Portanto, este cenário de transformações societárias e regressões dos direitos sociais que assolam em pleno século XXI condiz a um rumo da história humana condizente com ataques, desresponsabilização, e o alargamento da “questão social” e suas mais novas expressões, se acentuando devido a um cenário de vulnerabilidade social e miséria, trazendo para a atualidade novas refrações da velha “questão social”.

3.1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO “TERCEIRO SETOR” E SUAS CARACTERÍSTICAS EM TEMPOS NEOLIBERAIS.

O “terceiro setor” surgiu numa construção teórica com o objetivo de superar a eventual dicotomia²³ entre privado/público. Na composição desse chamado “terceiro setor” encontram-se as ONGs, as fundações, as associações comunitárias, e etc.

Segundo Carlos Montaña (2002) o “terceiro setor” apresenta quatro debilidades: a *primeira* consiste em uma grande delibilidade conceitual, a *segunda* diz respeito às entidades que o compõem, a *terceira* refere-se ao conceito que antes confunde do que se esclarece e a *quarta* debilidade do termo é o caráter não governamental auto-governamentado e não lucrativo em questão. Essas debilidades tornam esse setor indefinido. O “terceiro setor” “não reúne um mínimo consenso sobre sua origem e nem sobre sua composição ou suas características” (MONTAÑO, 2002, p. 58).

Por apresentar essas debilidades, o termo também apresenta limitações na medida em que não diferencia o assistencialismo da “filantropia”, entretanto existem ONGs que possuem um verdadeiro comprometimento com os setores subalternos e com o desenvolvimento, preservação e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas.

Porém, algumas ONGs têm como objetivo enriquecer seus altos membros, desenvolvendo assim um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital. No processo de reestruturação neoliberal, ocorre à reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais focalizadas, não contratualistas, desenvolvida pelo Estado e financiada num sistema de solidariedade²⁴.

Dessa forma, o Estado atua de forma benéfica para o capital, na tentativa de criar ferramentas que busquem o desenvolvimento do sistema econômico. Partindo desse pressuposto o chamado “terceiro setor” surge como funcional ao processo de reformulação do padrão de respostas as manifestações da “questão social”, propiciado no interior da estratégia neoliberal de reestruturação do capital.

²³ Dicotomia é a divisão de um elemento em duas partes, em geral contrárias, como a noite e o dia, o bem e o mal, o preto e o branco, o céu e o inferno e etc. Disponível em: <http://www.significados.com.br/dicotomia>

²⁴ Abordaremos mais sobre solidariedade no item a seguir.

O Estado surgiu no cenário como ator destacado na promoção do “terceiro setor”, porém com o surgimento deste ocorreu um afastamento parcial do Estado das suas responsabilidades de respostas às sequelas da “questão social”.

Assim, um novo padrão de responsabilidades e fundamentos surge para a função social de respostas a “questão social”, todos embasados nos princípios neoliberais. No projeto neoliberal as respostas criadas pelo “terceiro setor” em face às expressões da “questão social” “significa uma desresponsabilização do Estado, criando-se uma auto-responsabilização dos próprios sujeitos que necessitam da ação filantrópica, solidária – voluntária, de organizações e indivíduos. Existindo a ampliação de sistemas privados, no qual o “terceiro setor” dirige-se fundamentalmente a assistência social, notadamente nos setores carentes”(MONTAÑO 2002, p.23).No entanto, o que ocorre é a expansão do “terceiro setor” tanto no Brasil como em outros países, em que este setor está atrelado a mais dois setores como veremos a seguir.

No Brasil, assim como em outros países, ocorre o crescimento do “terceiro setor” que por sua vez, coexiste com dois outros setores: o primeiro setor representado pelo governo, cumprindo esse uma função administrativa dos bens públicos; e o segundo setor, representado pelo mercado, ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos.

No que se refere à questão conceitual do “terceiro setor”, salientamos o aspecto de que não há um consenso, por parte daqueles que pesquisaram o assunto, ocorrendo por isso diversas definições. Nesse sentido, propomo-nos a apresentar as suas características a partir da definição e do posicionamento do autor Carlos Montaña (2002), tomando-o como uma referência central para a fundamentação teórica de todo estudo. Assim, de forma abrangente, o referido autor propõe-se a analisar o debate dominante sobre o chamado “terceiro setor”, buscando identificar os dados relevantes e as principais teses que conformam esse discurso.

Para tanto tece uma reflexão em três eixos de análise, evidenciando em um primeiro momento a noção hegemônica, através de um debate sobre as procedências e as debilidades conceituais. Em seguida propõem a analisar os dois caminhos (esquerda e direita) que configuram o “terceiro setor” e, por último sintetizar os principais pressupostos e promessas presente neste debate.

É importante salientar que, segundo Montaña (2002), existem neste debate pelo menos duas grandes tendências teórico-políticas. De um lado, uma *tendência regressiva*²⁵ e, por outro, uma tendência de (suposta) *intenção progressista*²⁶, a qual incorpora alguns autores clássicos do liberalismo conservador e do neoliberalismo, além dos críticos da sociedade do trabalho. No âmbito dessas tendências, uma das ideias centrais dos analistas desse setor é a de que o Estado Intervencionista aparece como um claro limite da liberdade econômica.

Montaña (2002) explica que, partindo da análise hegemônica sobre a conceituação do “terceiro setor”, é possível constatar que esses traços superficiais que mistificaram e o tornaram ideológico, acabaram por desconsiderar processos como a reestruturação produtiva, a reforma do Estado e as transformações que o capital vem promovendo, segundo os princípios neoliberais.

Vale ressaltar que o autor faz tal ponderação em razão da sua perspectiva teórica apresentar como ponto de partida a totalidade social, referenciado nesta categoria teórica marxista Montaña (2002) entende que o “Terceiro Setor” não deve ser concebido de maneira isolada, mas como um fenômeno que é produto dessas transformações gerais, operadas pelo capital.

Nesse sentido, o supracitado autor afirma que o conceito de “terceiro setor”, engendrado pela ideologia dominante como um espaço/esfera de maior manifestação e protagonismo da sociedade civil, no que diz respeito ao enfrentamento das problemáticas sociais, trata-se de uma definição de cunho ideológico constitui-se num conceito hegemônico que manifesta apenas sua aparência, escamoteando e escondendo por outro lado, a essência do fenômeno.

Conforme o autor, analisar a origem do termo “terceiro setor” é essencial para compreender sua lógica na sociedade, salientando que o termo foi criado por John D.

²⁵ Com referência à tendência regressiva, o autor aborda o pensamento de Tocqueville e de Hayek, que apresentam em suas concepções a pretensão de diminuir o poder do Estado, tendo em vista que esse pode ser garantidor da perigosa “justiça social” e dá “igualdade”, onde somente pelas leis do mercado se poderia alcançar a tão almejada “liberdade”, denominada por Montaña como “liberdade negativa”. Montaña (2002) explicita que é necessário analisar os conceitos sobre liberdade, igualdade e justiça social, pois estas categorias aparecem nas obras dos autores dessa tendência com uma dimensão diferente da perspectiva baseada em Marx.

²⁶ Ao analisar a perspectiva de “intenção progressista”, Montaña (2002) busca em Jürgen Habermas as explicações que o tornaram um dos pensadores que impugna a centralidade do trabalho, e propõe a centralidade da intersubjetividade. Nesse sentido, Montaña (2002) salienta que Habermas propõe a criação de uma nova teoria, pois a firma que a teoria marxiana apresenta limites para interpretar a nova realidade social, ao considerar que “(...) a utopia de uma sociedade de trabalho perdeu sua força persuasiva” (MONTAÑO, 2002, p.89).

Rockefeller III²⁷, nos Estados Unidos em 1978. Ressalta-se que esse fato evidencia como esse conceito tem clara ligação com os intelectuais orgânicos do capital, bem como com os interesses de classe. Não obstante para Montaño (2002), é importante analisar por quais motivos um cidadão americano cunhou esse conceito, porém, essa reflexão não será possível se deixarmos de lado o contexto histórico, político e social onde se desenvolveu essa conceituação. Dessa forma, assevera que,

Como Landim bem observa, o ‘terceiro setor’ não é um termo neutro. Ele ‘tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal’ (LANDIM *apud* MONTAÑO, 2002, p.53).

Em particular no Brasil, a primeira aparição do “terceiro setor” deu-se por intermédio da Fundação Roberto Marinho²⁸ fundada em 1977, pelo jornalista Roberto Marinho. Assim, a relação desta instituição com “terceiro setor” evidencia o vínculo existente entre este último e os interesses de classe nas transformações necessárias da alta burguesia.

Continuando sua reflexão, o autor salienta o aspecto de que a expressão “terceiro setor” foi construída através da segmentação da realidade em setores, como se o particular pudesse existir desarticulado do todo. Esse termo surge a partir de um recorte do social em esferas, na qual o Estado se apresenta como “primeiro setor”, o mercado como “segundo setor”, e a sociedade civil como o tão almejado “terceiro setor”. Fica perceptível um suposto isolamento e autonomização²⁹ na dinâmica de cada uma das esferas, evidenciando o conceito reducionista e que, portanto, afasta-se da realidade social.

O que Montaño (2002) tenta esclarecer-nos é que ao invés de discutir-se qual a função social, as modalidades e as responsabilidades concernentes ao “terceiro setor”, o discurso predominante e hegemônico analisa-o isoladamente como uma instância capaz de

²⁷ John D. Rockefeller III era um industrial norte-americano que pregava a filantropia nas empresas. Segundo seu entendimento a filantropia deveria ser uma prioridade junto a rentabilidade e ao crescimento econômico. Em 1913, criou a fundação Rockefeller, que objetivava promover o bem-estar da humanidade em todo o mundo.

²⁸ A Fundação Roberto Marinho é uma instituição privada, sem fins lucrativos, cuja missão consiste na mobilização de pessoas e comunidade, por meio da comunicação, de redes sociais e de formação de parcerias, em torno de iniciativas educacionais que contribuam para preservação e a revitalização do patrimônio histórico, cultural e natural, nos mais diversos pontos do Brasil.

²⁹ Ato ou efeito de tornasse autônomo.

revolucionar o campo das demandas sociais, operando desse modo uma verdadeira despolitização do fenômeno em questão. Isso significa desconsiderar o movimento da realidade, a abordagem predominante sobre o “terceiro setor” expressa uma falta de rigor teórico e um distanciamento ideológico com a realidade social, que se desdobra em debilidades que ao invés de esclarecer, confunde ainda mais.

Montaño (2002) identifica a primeira debilidade conceitual como a setorialização e autonomização existente entre as instâncias referentes ao Estado, ao mercado e à sociedade civil, vista respectivamente como primeira, segundo e “terceiro setor”. Segundo o autor, faz-se necessário designar essa nova esfera na medida em que a discussão remete a uma instância que surge para superar a dicotomia entre o público e o privado.

Por isso, se uma designação apreende o “terceiro setor” como a sociedade civil, percebe-se que na verdade seria o “primeiro setor”, pelo fato de que, baseada em uma perspectiva marxiana, a sociedade civil é identificada historicamente como a que produz as instituições, tais como o Estado, o mercado e etc. e que, portanto, existe a clara primazia da sociedade civil sobre as demais esferas.

A segunda debilidade destacada pelo autor diz respeito à diversidade de entidades que integram este setor. Para ele, não há um acordo sobre as entidades que o compõem, assim,

Para alguns, apenas incluem-se as organizações formais [...]; para outros, contam até as *atividades informais, individuais*, ad hoc [...]; para outros, as fundações empresariais seriam excluídas [...]; em outros casos, os sindicatos, os movimentos políticos insurgentes, as seitas etc. ora são consideradas pertencentes, ora excluídas do conceito (MONTAÑO, 2002, p.55).

Outra debilidade identificada pelo autor diz respeito à diversidade de sujeitos pertencentes a diferentes camadas do tecido social que se encontram integrados ao “terceiro setor”, uma vez que reúne sujeitos diversos que apresentam interesses distintos e até contraditórios. A cerca da heterogeneidade do sujeito que compõem o “terceiro setor”, Montaño (2002) evidencia que fazem parte deste setor.

As organizações não governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OSFL), as organizações da sociedade civil (OSC), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, as associações profissionais e categorias, os clubes, as instituições culturais, as instituições religiosas, dentre tantos outros exemplos. Desta forma, o conceito parece reunir tanto Green Peace (de defesa ao meio ambiente, com táticas radicais), como o Movimento Viva Rio, as Mães da Praça de Maio (de luta política pelo esclarecimento e justiça sobre os detidos/ desaparecidos da ditadura argentina) como a FIESP, o movimento dos trabalhadores Sem- Terra (de luta política-econômica pela reforma agrária) como a Fundação Roberto Marinho, as creches comunitárias (conquistas de moradores) como a caridade individual, ou Movimento Diretas Já, como as atividades ‘sociais’ de um candidato a vereador, entre uma infinidade de casos (MONTAÑO, 2002, p. 56).

Em razão da constatação supracitada, o autor concluir que.

Este conceito, mais do que uma ‘categoria’ ontologicamente constatável na realidade, representa um constructo ideal que, antes de esclarecer sobre um ‘setor’ da sociedade, mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios (MONTAÑO, 2002, p.57).

A última debilidade elencada pelo autor diz respeito ao caráter “não governamental” e “não lucrativo” que estas instituições apresentam, pelo fato de encobrir que estão integradas diretamente com a política do governo. Para o autor, essa expressão, quando analisada mais profundamente, esconde o seu claro interesse lucrativo, bem como o interesse de assumir o status de empresa responsável com o social, a qual agregada à sua marca configura-se como uma forma indireta de adicionar novos valores, proporcionando um maior número de vendas e assim uma maior lucratividade.

Dessa forma, concorda-se com o autor quando aponta que não há um consenso sobre o termo “terceiro setor” quanto ao seu significado concreto, e que nessa lógica.

O termo ‘terceiro setor’ não reúne um mínimo de consenso sobre sua origem nem sobre sua composição ou características. Tal dissenso é clara expressão de um conceito ideológico que dimana da realidade social, mas tem como ponto de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico. Sem a realidade como interlocutora, como referencia,

acaba-se por ter diversos conceitos diferentes (MONTAÑO, 2002, p. 58 - 59).

Segundo Montaña (2002), o “terceiro setor” não diz respeito ao atendimento dos interesses coletivos, mas à manutenção e reprodução da lógica burguesa, por tratar-se de um fenômeno que efetivamente representa. Ou seja, o “terceiro setor” é visto pela sociedade civil como agente de modificação e ou de diminuição das problemáticas sociais no qual este reproduz, com efeito, uma prática intelectual tradicional e conservadora que, ao invés de propiciar aos sujeitos a garantia dos direitos transforma em simples receptores de favores. Nessa direção, apresenta-se como um instrumento a serviço da reprodução das relações desiguais que regem o sistema capitalista.

Com isso,

A atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço técnico científico, à reorganização geopolítica e às lutas de classe que se desenvolvem no pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas ‘reestruturação produtiva’ e ‘reforma do Estado’ (MONTAÑO, 2002, p.26).

Nesse contexto, as instituições que compõem o “terceiro setor” compreendem um universo que representam interesses distintos, no entanto se dizem destinadas à prestação de serviços sociais e comprometidas com o bem coletivo. As ações desenvolvidas por esse setor são norteadas por princípios morais e, para Montaña (2002) exercem a função de responder às demandas sociais anteriormente de responsabilidades do Estado, a partir dos valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua, substituindo-se os valores de solidariedade social e universalização dos direitos e serviços.

O “terceiro setor” encontra-se relacionado ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas, sendo um instrumento a serviço da manutenção do ideário burguês. Por isso, desenvolveu-se em funcionalidade ao projeto hegemônico de reestruturação do capital que orientando nos postulados neoliberais, mistifica a sociedade civil, desarticula e apazigua as lutas sociais, além de legitimar a desestruturação da política de seguridade social, de modo à

desresponsabilizar o Estado na intervenção social, desonerando e emoldurando a configuração de uma nova modalidade de trato à “questão social”.

Nesse bojo, o “terceiro setor” inviabiliza as possibilidades de uma transformação social, tornando somente possível uma reforma no atual sistema, uma vez que incorpora nos indivíduos a auto-responsabilização pela sua condição de subalterno. Nas palavras do autor,

O fenômeno em questão não é, portanto o desenvolvimento de organizações de um ‘setor’ em detrimento da crise de outro, mas alteração de um padrão de resposta social a ‘questão social’(típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função típica do modelo neoliberal ou funcional a ele (MONTAÑO, 2002, p.185).

Cabe destacar que no contexto do Welfare State a “questão social” foi alvo das políticas sociais, se internalizando na ordem econômica política. No entanto, na conjuntura atual, a resposta social à “nova questão social”³⁰ tende a ser externalizada da ordem social e transferida para o âmbito imediato e individual.

Nesse direcionamento, ocorre que o “terceiro setor” concebido por alguns intelectuais como uma instância mais eficiente do que o Estado no trato às mazelas sociais deve por isso proporcionar a diminuição da intervenção do Estado no enfrentamento das problemáticas sociais e, permitindo sua transferência para a sociedade civil. Tal fato implica uma alteração significativa nas políticas sociais, tendo em vista que deverão ser retiradas da esfera do Estado e legitimadas através da privatização.

Essa nova modalidade de intervenção na “questão social” induz ao desaparecimento da condição de direito das políticas sociais e de seu caráter universalista, além da igualdade de acesso. Com isso, o “terceiro setor” faz a reatualização de uma velha forma de intervir na sociedade, representada pelas práticas caritativas e beneméritas, implicando a

³⁰ Segundo Montaña (2002), é recorrente na literatura contemporânea a afirmação de que existiria hoje uma “nova questão social”, tendo como objetivo justificar um novo trato à “questão social”, no entanto, se de fato isso é possível, seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervir nela, no sentido de responder as questões atuais. Na verdade, a “questão social” continua inalterada, o que se verifica é o surgimento de alterações, na contemporaneidade de suas refrações e expressões. Dessa forma, este estudo concorda com o autor que não há uma “nova questão social” que há são novas manifestações da velha “questão social”.

institucionalização de atividades filantrópicas voluntárias em que a universalização cede a lugar à focalização e à descentralização. Segundo Montaña (2002),

É assim, no que concerne ao novo trato da ‘ questão social’, a orientação das políticas sociais estatais é alterada de forma significativa. Por um lado, elas são retiradas paulatinamente de órbita do Estado, sendo privatizadas, transferidas ao mercado e/ou alocadas na sociedade civil. Por sua vez, essas políticas sociais estatais são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carências pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas. Finalmente, elas são também descentralizadas administrativamente; o que implica numa desconcentração financeira e executiva, mantendo uma centralização normativa e política. Em idêntico sentido, os serviços sociais, assistência estatal, as subvenções de produtos e serviços de uso popular, os ‘ complementos salariais’ etc., se veem fortemente reduzidos em quantidade, qualidade e variabilidade. O que significa que os ‘ serviços estatais para pobres’ são ‘ pobres serviços estatais’ (Montaña 2002, p. 3).

No entender de Montaña (2002) o Estado estabelece instrumentos na busca por ampliar a acumulação capitalista e reproduzir-se diante das relações sociais num determinado contexto histórico para confirmar essa tese, enfatiza o fato de que “o processo produtivo capitalista detém a propriedade de converter as instituições e práticas sociais em instrumentos/meios de produção do capital” (GUERRA, apud, MONTAÑO, 2002, p. 06).

Nesse sentido, o autor evidencia que o primeiro pressuposto desse debate trata-se da constante separação e autonomização entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, na qual existe na concepção liberal a perspectiva de que Estado revela-se como sendo tudo o que é público, e o privado consiste em ser não estatal. Tal oposição revelar-se-ia com o surgimento de um novo setor, que seria definido como público, porém privado, absorvendo a função de propor resposta à “questão social”.

O “terceiro setor” é visto como uma área, de interseção, onde a partir de iniciativas privadas se desenvolvem funções públicas, ou seja, surge no mundo um terceiro personagem. Além do Estado e do mercado, há um “terceiro setor”, “Não governamental” e “não lucrativo” (FERNANDES, *apud* MONTAÑO, 2002, p.135).

O segundo pressuposto diz respeito à confusão que se estabelece entre o público e o privado, na qual o “terceiro setor” surgiria com a pretensão de superar a bipolarização liberal

entre Estado e Mercado, no entanto, Montaño (2002) destaca que ainda se preserva não uma bipolarização, mas uma segmentação tripartite da realidade social, mantendo-se a polarização entre estes. Assim,

Efetivamente, mantém-se o Estado, autonomizado, (como setor da política formal e certa atividade social), como esfera exclusivamente pública; quanto ao mercado também com sua suposta dinâmica própria e autônoma (das atividades econômicas) é visto como esfera exclusivamente privada. Apenas o chamado ‘Terceiro Setor’ conseguiria articular o público e o privado (MONTAÑO, 2002, p.135).

Outra característica apontada pelo autor diz respeito à frequente equiparação entre Estado e governo, em que essa não diferenciação possibilita que políticas definidas e operadas no contexto de um determinado governo sejam vistas como uma mudança do Estado. Toda via essa equiparação entre ambas às partes é proporcional, uma vez que as instituições que compõe o chamado “terceiro setor” são vistas como não estatais, no entanto, os questionamentos se voltam ao seu caráter não governamental, devido ao fato de que estamos imbricadas a lógica da política de governo.

Na busca por apreender essa problemática de identidade entre Estado e governo o autor Petras (*apud* Montaño, 2002), conceitua o Estado como sendo instituições de certa permanência estrutural, enquanto o governo seria instituições temporais, em outras palavras o governo constituir-se-ia na gestão e / ou administração de determinado período. Assim,

O debate do ‘terceiro setor’ não distingue estes dois conceitos; pelo contrario confunde-se. Diferenciar Estado de governo torna-se central para poder caracterizar, no nosso caso, o papel e a função na relação (por exemplo, de parceria) entre organizações populares, não governamentais, com o Estado. A parceria é com o Estado, porém segue tendencialmente uma política governamental [...] (MONTAÑO, 2002, p.137).

Em seguida, Montaño (2002) explicita que na bibliografia dominante sobre o “terceiro setor”, existe a frequente identificação entre Organização não governamental e movimento social, identificando-os com um caráter participativo e de luta. Observa-se, contudo, que essa

suposta semelhança deriva do vago conceito sobre movimento social, uma vez que se busca aprendê-lo apenas como sendo ações coletivas intencionadas.

Porém, a realidade vem demonstrando que os movimentos populares urbanos não têm crescido, ao contrário do que vem acontecendo com as instituições supracitadas que, se comparadas aos movimentos sociais, verifica-se que são menos politizadas e mais empresariais, além de perseguirem lógica do autofinanciamento e do estabelecimento de parcerias.

O quinto pressuposto apresentado pelo autor refere-se ao desenvolvimento da “ideologia do possibilismo” no interior do “terceiro setor”, que instaura uma cultura de possibilidade de participação, melhorias e mudanças no interior do capitalismo, considerando como insuperável está ordem. Sendo assim, segundo essa ideologia, somente é possível ocorrer mudanças dentro das margens permitidas pelas “naturais” tendências atuais. A respeito desse assunto, Montaña (2002) afirma que.

No projeto do ‘terceiro setor’, não se luta pelo poder estatal e/ ou do mercado, pois ele seria inatingível; o que se quer é o poder que está ao alcance do subalterno, do cidadão comum, o ‘micropoder’ foucaultiano, criado nas associações e organizações comunitárias. Portanto, luta-se dentro da (e reforçando a) ordem capitalista. (MONTAÑO, 2002, p. 141)

A sexta característica expressa pelos autores sobre o “terceiro setor” define-se na perspectiva de um novo “contrato social” que segundo Rosavallon (*apud* Montaña, 2002) consiste em estabelecer pactos de harmonia e de negociação entre setores heterogêneos. Segundo Montaña (2002), essa procedência não seria possível, uma vez que é permeada por um processo de abstração que desconsidera os interesses de classes, e como se fosse possível estabelecer um contrato social com alianças harmônicas entre os que detêm os meios de produção e aqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. Com isso,

Ora, um ‘novo contrato social’, sabendo que este se ‘constrói’ como resultado de lutas e manifestações de força dos setores que apresentam necessidades e interesses contrários, nas atuais condições [...] põe claramente

o trabalhador nas piores situações de defesa (ampliação e até manutenção) dos seus interesses e direitos. Neste quadro de clara fragilidade e instabilidade das classes trabalhadoras, o resultado de um ‘novo contrato social’, acompanhando as perdas dos direitos conquistados no contexto Keynesiano, será de: a) exclusão dos desempregados, subempregados, empregados em condições de precariedade dos ‘benefícios’ do ‘novo contrato’; b) perda geral de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores, a não ser para uma pequena minoria trabalhadores estáveis e altamente qualificados [...]; c) retirada do Estado como mecanismo de controle e regulação social, livrando tudo ao mercado e à relação direta e individualizada em ter patrão e empregado. Assim, o dito ‘novo contrato social’ só pode ser um bom negócio para o capital, péssimo para o trabalhador (MONTAÑO, 2002, p. 144)

Dessa forma, Montaña (2002) explicita que mediante a apresentação de tais pressupostos concerne ao debate sobre o “terceiro setor” o desenvolvimento de manifestações que consideram a possibilidade de melhores condições de sobrevivência e, que nas palavras do autor “estas soam aos ouvidos dos autores, defensores e alguns membros do ‘terceiro setor’, com um canto de sereia, que nos conduz e nos chama irreflexivamente para as obscuras profundezas do mar” (MONTAÑO, 2002, p. 152).

Conforme o autor é de fundamental importância debruçar-nos sobre as promessas do “terceiro setor”, com o objetivo de mostrar que as sustentabilidades dessas organizações encontram-se permeadas por conceitos ilusórios e até equivocados. Montaña (2002) ressalta que os defensores do “terceiro setor” consideram que estas organizações reforçariam a sociedade civil, considerando-a como um espaço privilegiado de organização e mobilização da população.

A afirmação de “reforçar a sociedade civil” na percepção do autor configura-se a partir de uma oposição estratégica da “tomada do Estado”, tendo em vista que esse não se encontra com condições de suprir as demandas sociais. Onde, mediante a predominância de parceria com o Estado, o que antes se estabelecia como mobilizações anti ou contra- sistêmica, aparecem na atualidade subordinada à ordem dominante, em que ao invés de almejar a superação desse sistema, consiste em predominá-lo.

Mota ressalta que,

No atual contexto, isto se processa mediante a formação de uma cultura política da crise, marcada pelo pensamento privatista e pela constituição do cidadão-consumidor, passando, os trabalhadores, a privilegiar as práticas sobre as necessidades imediatas (e individuais) em detrimentos de embate em torno de projetos societários (MOTA, *apud* MONTAÑO, 2002, p.154).

Em seguida, Montaño (2002) destaca que os defensores do “terceiro setor” consideram que o desenvolvimento desses tornaria possível a diminuição do poder estatal. Para os autores dessa perspectiva, o Estado intervencionista constitui-se como prejudicial à liberdade da população, e por isso precisa ser minimizado através “[...] das privatizações, dos incentivos às demissões voluntárias, do esvaziamento de recursos das políticas” (MONTAÑO, 2002, p. 155).

Outra promessa exposta por Montaño (2002), defendida pela ideologia dominante diz respeito à possibilidade de desenvolvimento democrático com ascensão do “terceiro setor”, em que a participação nestas organizações levaria ao alcance de elevados patamares de democratização na sociedade civil. Valer ressaltar, porém, que a democratização exposta por esses autores remete ao processo de negociação e da parceria, não levando em consideração o contexto histórico de luta e de superação da ordem do capital, e assim a desconhecer enquanto um produto das lutas de classe. Dessa forma,

O caminho para a suposta ‘democratização’ no debate do ‘terceiro setor’ é o da negociação, do acordo, da parceria (entre classe), muito diferente do caminho histórico, que é o das lutas, do confronto, da conquista (das classes exploradas e oprimidas). Em consequência, o primeiro caminho, na verdade, leva a um impasse na luta pelo desenvolvimento democrático e, como veremos na luta pela superação da ordem do capital, no trânsito para uma sociedade sem oprimidos nem explorados (MONTAÑO, 2002, p. 158).

O que o autor tenta nos esclarecer é que, o processo democrático posto pelos intelectuais orgânicos do capital não tem como horizonte o desenvolvimento da democratização e da hegemonia social da classe trabalhadora. Por esse motivo, não visa erradicar as diversas formas de submissão, alienação e exploração, ao contrário, este projeto é visto enquanto instrumentalizado pelo capital e, portanto, mostra-se funcional a ele.

Ainda com referência às promessas expostas pelas personalidades do “terceiro setor”, Montañó (2002) explicita que se propaga na sociedade a concepção de que diante da diminuição das respostas sociais estatais frente às necessidades sociais, emerge a tendência de se desenvolver os laços de solidariedade local e voluntária, proporcionando o surgimento de espaço que estimularia a participação social. Montañó (2002) expõe sobre o conceito de “solidariedade”³¹ posta pelos autores consagrados do “terceiro setor”.

Desse modo, Montañó (2002) expõe que como já mencionamos anteriormente, no contexto do Estado de Bem-Estar Social as políticas sociais foram regidas por um princípio universalista, porém, com o advento do neoliberalismo presenciamos a substituição dessa resposta estatal (da solidariedade baseada no direito universalista) por soluções particulares e voluntárias de solidariedade. Assiste-se,

A substituição do princípio de solidariedade baseada em direitos universais (presente no sistema de tributação direta, na previdência única, na seguridade e nas políticas sociais do Welfare State) faz com que cada grupo ou coletivo que apresenta uma necessidade de carência particular tenha que se auto-responsabilizar (direta ou indiretamente) pelo financiamento/prestação da sua resposta; e este é o grande desejo/finalidade do projeto neoliberal (MONTAÑO, 2002, p. 167).

Assim, constata-se que tal fenômeno de auto responsabilização dos indivíduos tem com verdadeira finalidade a desresponsabilização estatal frente às respostas, às refrações da “questão social”, isto é, há um esvaziamento da dimensão de “conquista” e “direito” das políticas sociais, fazendo-se um apelo às iniciativas da sociedade civil, mediante a convocação de parceria com as organizações representativas do “terceiro setor”.

Em linhas gerais, pode-se constatar que o “terceiro setor” surge como uma forma encontrada para o novo enfrentamento da “questão social”. Desse modo, a sua funcionalidade

³¹ A noção de solidariedade aparece assim, como um argumento central na defesa do “terceiro setor”. Ela seria a grande responsável pelo respeito às diferenças (locais e individuais) nas necessidades/demandas populares (contra dita “homogeneização” da resposta estatal); seria a impulsora de uma nova cultura carregada de valores altruístas, colaboracionistas, onde empresários, trabalhadores e cidadãos em geral estariam percebendo a necessidade da ajuda ao próximo; estimularia a participação cidadã (contra o “quietismo” e o “conformismo” derivado da “paternalista” intervenção estatal), cada qual se sentindo responsável pela solução das próprias necessidades como dos carecimentos do seu vizinho e da sua comunidade. Para isso o “tempo livre” permitiria a ação solidária local e voluntária (MONTAÑO, 2002, p. 165).

encontra-se diretamente vinculada ao projeto neoliberal estando, portanto, inserida no contexto do atual processo de reestruturação do capital. Através da inserção desta instância, ao invés de priorizar-se às políticas universais, segmenta-as e as tornam focalizadas e precarizadas, contribuindo com a refilantropização da “questão social”. Por meio das parcerias, o Estado ao transferir o fundo público para as entidades do “terceiro setor”, consegue estimular uma falsa aparência de relacionamento entre a sociedade civil, e conseqüentemente, não é questionado acerca de seu papel nas respostas às mazelas sociais.

3.2 A REFILANTROPIZAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”: A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO “TERCEIRO SETOR”.

Recorrendo aos estudos de Alencar (2009), entende-se que o Serviço Social se consubstanciou historicamente como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, e que seu surgimento vincula-se às peculiaridades da “questão social”, e conseqüentemente ao desenvolvimento das políticas sociais, tendo em vista que através dessas políticas o Estado intervém sobre as sequelas da “questão social”.

No padrão de resposta à ‘questão social’ nas últimas décadas tem implicado o reordenamento do espaço sócio-profissional, à medida que reconfigura de forma significativa o campo das políticas, mediante as tendências de privatização, mercantilização e refilantropização das formas de enfrentamento da “questão social” (ALENCAR, 2009, p. 458).

Vale destacar que as raízes da “questão social” nunca foram modificadas, na realidade esta é a mesma que contradiz a relação capital x trabalho, as lutas de classes e as desigualdades na distribuição da riqueza social, ou seja, o que acontece nos dias atuais é novas manifestações da velha “questão social”. Dessa forma, ao se pôr a “questão social” como alvo das políticas sociais durante o Welfare State, tendo ela uma resposta política e não apenas repressiva, aquela é internalizada na ordem econômica-política (Netto, 1992, p. 26); no entanto o que se nota é a suposta transferência pra o âmbito individual do trato da nova “questão social”. Portanto,

O novo trato à ‘questão social’ deve ser, na moldura neoliberal, *dual*. Por um lado tem de atender com serviços de qualidade à população com capacidade de adquirir-los serviços no mercado, segundo suas possibilidades econômicas, numa atividade claramente lucrativa. Por outro, deve intervir, através do Estado ou de entidades filantrópicas, nas demandas pontuais da população carente, com precários serviços momentâneos. Altera-se a dimensão de Seguridade Social como direito do cidadão, a universalidade da prestação do serviço, de qualidade homogênea para toda a população, o caráter não-contratualista das políticas sociais e assistenciais (MONTAÑO, 2002, p.196).

Ainda de acordo com o autor, buscando esconder os espaços deixados na previdência e serviços sociais e assistenciais, o Estado se “minimizou” na área social, na qual tais serviços são privatizados e transferidos para o mercado quando considerados lucrativos, já para a sociedade civil quando deficitárias. Portanto, a universalidade, a unicidade e a incondicionalidade do contexto keynesiano a um novo trato a “questão social” que faz parte do projeto neoliberal, e seu significado coexiste através de três tipos de respostas que são elas. Segundo Montaña (2002, p.4),

A precarização das políticas sociais e assistenciais estatais; o Estado fornece gratuitamente estes serviços para a população mais carentes e os cidadãos usuários, o Estado no contexto neoliberal usa de sua estratégia exigindo um duplo processo complementar de focalização e descentralização de tais políticas sociais estatais, isto acontece como resposta do Estado a “questão social”. A privatização da seguridade e das políticas sociais e assistenciais que segue dois caminhos: a) A re-mercantilização dos serviços sociais; vale ressaltar que estes quando lucrativos, são re-mercantilizados, sendo esses transpassados e vendidos para o consumidor como uma nova forma de apropriação da mais valia do trabalhador, tais serviços são modificados em serviços mercantis, por se tornar mercadorias estes serviços são providos por parte dos empresários, como forma de conter os cidadãos plenamente integrados; b) A re-filantropização; das respostas da “questão social” (Yazbek 1995), destaca-se que grandes setores da população permaneceram descobertos pela assistência estatal, visto que estes serviços eram precários, focalizados e descentralizados, sendo estes ausentes em alguns municípios e regiões, sem contar na falta de cobertura para os grupos populacionais, no qual os mesmos, não tem acesso aos serviços privados (caros), sendo transferido para a trajetória da sociedade civil, é neste momento que surge o terceiro setor e com isso ocorre a iniciativa de assistir essa população diante de práticas voluntárias, filantrópicas, caritativas, de ajuda mútua ou autoajuda³², que atende a população excluída ou parcialmente integrada, ou seja, um quase não cidadão. Isto cai como uma luva na mão do projeto neoliberal³³.

Estas respostas não estabelecem direito, mas atividades filantrópico-voluntária ou um serviço comercializável, com a qualidade destes serviços ocorre uma resposta para a hegemonia na compra da pessoa, pois a universalização do espaço para a focalização e descentralização, a “solidariedade social”, passando a ser identificada por auto-ajuda e ajuda mútua.

³² Sobre isso ver mais Laurell, 1995, p.163.

³³ Estas instituições, ao tomar para si tais funções “deixadas” pelo Estado, acabam entrando no esquema de “desestatização” (ou privatização) das áreas “econômicas” e de re-mercantilização e re-filantropização da questão social.

O que se percebe é que o Estado transfere o que deveria ser de sua responsabilidade para o “terceiro setor”, isto ocorre com o pretexto de que o mesmo está sobrecarregado nas suas funções econômicas, políticas e sociais. Sendo o “terceiro setor” constituído por entidades filantrópicas, empresas, ONGs, esse se consubstanciou como uma estratégia encontrada pelo Estado e utilizada como uma nova forma de enfrentamento à “questão social”, em que devido a sua desresponsabilização ocorre uma redução dos direitos da população no acesso às políticas sociais.

Com a falência do Estado de Bem-estar social ocorre o crescimento do chamado “terceiro setor”, com o complemento no processo de exclusão dos direitos que a sociedade tem a oferecer como, por exemplo: na educação, habitação e saúde. Neste viés, a um retrocesso da garantia dos direitos dos cidadãos no qual, os assistentes sociais são desafiados diariamente em seu agir profissional pelas novas demandas. O “terceiro setor” surge além do Estado e do mercado, transferindo para o setor privado ações desenvolvidas pelos órgãos estatais, com isso cria-se para o Serviço Social espaços alternativos de empregabilidade, através de novas demandas.

Nesse contexto, fundam-se espaços sócio-ocupacionais que configura o mercado de trabalho dos assistentes sociais, determinados por um conjunto de demandas específicas buscando viabilizar intervenções legitimadas no Código de Ética do Serviço Social. Neste sentido, o Serviço Social é convocado para atender as demandas do chamado “terceiro setor” que em sua dualidade, dá prioridade e atendimento de qualidade para os que podem pagar pelos serviços (privados), e para os que não podem pagar pelos serviços, são ofertados atendimento e outros serviços de forma precária.

No entanto, Montañó (1999, p. 47) enfatiza sobre a expansão do “terceiro setor”, “festejado pela nova esquerda como fortalecimento da sociedade civil”, pois o Estado não atua e não age com eficiência na viabilização de acesso as políticas sociais, surgindo novas brechas para a expansão do “terceiro setor”. Assim, aparece como espaço alternativo para equilibrar a limitação da ação social do Estado neoliberal nas áreas das políticas sociais. O autor destaca que:

A parceria entre o Estado e o ‘terceiro setor’ tem a clara função ideológica de encobrir o fundo, a essência do fenômeno, ser parte da estratégia de reestruturação do capital, e feitichizá-lo em ‘transferência’, levando à população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de

conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo (MONTAÑO, 1999, p. 27).

O Serviço Social é provocado a entender todo este cenário na tentativa de intervir em novas configurações e manifestações das expressões da “questão social” no desenvolvimento capitalista no Brasil, ocorrendo de acordo com as transformações societárias. Já em relação às atribuições dos assistentes sociais nestes espaços profissionais, os mesmos atuam na gestão de programas sociais, no qual o seu grande foco é o desenvolvimento de competências no campo de planejar, executar e avaliar as políticas sociais. Neste sentido, Alencar (2009) afirma:

Há uma grande tendência de crescimento das funções socioinstitucionais do serviço social para o plano da gerência de programas sociais, o que requer do profissional o domínio de conhecimentos e saberes, tais como de: legislações sociais correntes, numa atualização permanente; análises das relações de poder e da conjuntura; pesquisa, diagnóstico social e de indicadores sociais, com o devido tratamento técnico dos dados e das informações obtidas, no sentido de estabelecer as demandas e definir as prioridades de ação; leitura dos orçamentos públicos e domínio de captação de recursos; domínio dos processos de planejamento e a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais (ALENCAR, 2009, p.459).

O que se percebe é que o profissional de Serviço Social dentro do “terceiro setor” visa não só viabilizar os usuários aos seus direitos, bem como tem suas atribuições totalmente voltadas para a execução e avaliação dos programas e projetos desenvolvidos no âmbito destas instituições.

Vale ressaltar que é através das normas estabelecidas em seu código de Ética e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que o assistente social busca meios de viabilizar o acesso aos direitos da população, mesmo diante de toda a contradição que existe dentro do chamado “terceiro setor”. A atuação destes profissionais no âmbito das instituições tem como objetivo possibilitar um acesso que permita a eles visibilidade pela sociedade como cidadão de direito.

Nessa nova conjuntura política, social e econômica que vem se desenhando principalmente ao longo das duas últimas décadas, no contexto brasileiro, as organizações e instituições que atuam no chamado ‘terceiro setor’,

principalmente na esfera da assistência social, educação e saúde, buscam não apenas sobreviver, mas atuar com qualidade social. Essa postura tem sido dificultada por um processo contraditório e até mesmo cruel, pois a legislação social trouxe toda uma proposta política e técnica na qual devem se pautar essas organizações para uma atuação qualitativamente diferenciada das práticas assistencialistas e caritativas que historicamente marcaram a atuação dessas organizações. No entanto, ao mesmo tempo em que ocorreram essas mudanças, vimos crescer com grande força política e econômica a ideologia neoliberal, como respaldo da política governamental, a começar da instância federal, para determinar o ‘Estado Mínimo’, significando uma clara intencionalidade de repassar à sociedade civil responsabilidades conferidas à instância pública, conforme a CF/88 e Leis orgânicas decorrentes: Assistência Social, Educação e Saúde como direitos de cidadania e dever do Estado. Portanto, é nesse contexto contraditório que as instituições brasileiras que configuram o ‘terceiro setor’ atuam e em que o processo de gestão está em processo de construção: novas ferramentas e novos paradigmas necessitam ser buscados para um gerenciamento que lhes garantam a sobrevivência com atuação de qualidade social (COSTA, 2003, p. 233).

É pertinente irmos mais além nesta discussão no âmbito do “terceiro setor”, no qual se refere à inserção do assistente social nessas instituições, e também tratarmos das políticas sociais, pois sabemos que vivemos em uma sociedade desigual e é através destas políticas que este profissional viabiliza os direitos da população. Vale destacar, que o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no âmbito do “terceiro setor”, também se configura como objeto de estudo desse trabalho.

Vale destacar que o Serviço Social no campo do “terceiro setor” passa a conviver com a contradição, em relação aos espaços das ONGs e da filantropia empresarial, ocorrendo assim um esvaziamento de direitos sociais.

Sabe-se que o profissional de Serviço Social no âmbito do “terceiro setor” se encontrará presente com uma equipe interdisciplinar, visto que este profissional se encontra diretamente relacionado com os usuários dos serviços, em que na sua maioria apresenta a necessidade de ser acompanhado por uma equipe de profissionais qualificados que conheçam sua realidade de forma comprometida, viabilizando o acesso aos direitos destes cidadãos.

De acordo com as características do processo de configuração do “terceiro setor” no cenário brasileiro torna-se pertinente a atuação tanto do profissional de Serviço Social como de outros profissionais (Psicólogos, Fonoaudiólogo, Pedagogo, Fisioterapeuta Terapeuta ocupacional e etc.). Sendo assim, ocorre uma necessidade de reordenar administrativamente e tecnicamente essas instituições, construindo instrumentos e ferramentas de gestão que adequem

as suas especificidades e singularidades. Vale ressaltar que este processo de contribuição vale não apenas para o assistente social, mas para os demais profissionais, no entanto cada um desses profissionais atua de acordo com a sua especificidade profissional.

Portanto, são muitos os desafios a serem enfrentados pelos assistentes sociais no espaço do “terceiro setor”, no entanto, não podemos perder de vista a qualidade do exercício profissional e do atendimento aos usuários dos serviços. Neste sentido, este profissional necessita conciliar sua vida profissional e cidadã ao processo de enfrentamento ao projeto neoliberal, sem se afastar da crítica que consiste em considerar o “terceiro setor” como processo da desresponsabilização do Estado. Portanto, buscando manter sua criticidade o Serviço Social deve se manter atualizado e qualificado diante da reforma neoliberal para um melhor conhecimento das demandas emergentes e sobre a real função do “terceiro setor”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os estudos realizados para a elaboração desse trabalho pôde-se observar que a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um significativo avanço nos preceitos legais brasileiros, no sentido da ampliação de direitos sociais, uma vez que o Estado passou a ser o responsável direto pela prestação e execução dos serviços sociais, anteriormente ofertados de maneira caritativa e benevolente. Destaca-se nesse processo como uma das grandes conquistas no campo da política social brasileira, a implementação do conceito de seguridade social, até então ausente na sociedade. Nesse sentido, a política social de seguridade passou a ser entendida como um conjunto de ações provenientes dos poderes públicos e da sociedade, com a finalidade de assegurar os direitos relativos à saúde à assistência social e à previdência social.

Este processo composto por dimensões políticas, econômicas e sociais materializou-se através de uma reação burguesa frente à crise global do capital, implicando em alterações de âmbito macroestrutural, que atingiram desde a esfera produtiva - através da reestruturação produtiva, intensificando a subordinação do trabalho ao capital- até o plano político ideológico, mediante a ascensão do neoliberalismo, que buscava a plena liberdade do mercado sem ao menos analisar as consequências nefastas que esse processo poderia culminar as manifestações da “questão social”.

Nesse contexto, legitimou-se a reforma do Estado, no qual ocorreu um afastamento parcial desse no trato a essas manifestações, emergindo uma nova forma de enfrentá-la, denominada de “terceiro setor”. A proposta “terceiro setor” direciona-se a configurar um núcleo de prestação de serviços sociais marcado pela ação caritativa e pelo apelo à solidariedade, trata-se de retirar e afirmar que as entidades públicas não estatais sejam legitimadas como espaços mais eficientes de manifestação e resolubilidades, diante das desigualdades sociais.

Durante o desenvolvimento do trabalho tivemos a oportunidade de constatar que o “terceiro setor”, entendido como um fenômeno recente carregado de historicidade e vinculado aos interesses do capital, absolutamente se constitui numa esfera neutra ou numa instância que se localiza para além do Estado e do mercado, sendo por isso incapaz de, em meio ao

incentivo ou voluntariado e ao apelo à solidariedade, estabelecer respostas que solucionem as expressões da “questão social”.

Os recursos relativos ao apelo à solidariedade e à ênfase nas ações voluntárias, inerentes às iniciativas suscitadas pelo “terceiro setor”, têm uma refilantropização da “questão social”. Por esse motivo, é válido ressaltar que as suas fontes de financiamento são diversificadas e, dentre essa diversidade, identificamos as parcerias com o Estado e o mercado com as principais fontes de recursos dessas instituições.

Entendemos ainda que, apesar do estímulo às ações voluntárias, os sentimentos conduzem o voluntariado não são suficientes para responder à complexa e à dinamicidade das demandas que se apresentam na realidade dessas instituições. Por isso a existência de outras relações de trabalho nesse setor é absolutamente necessária, especificamente o trabalho assalariado com vínculo empregatício, desenvolvido por sujeitos possuidores de formação especializada, dentre os quais os assistentes sociais.

Nessa perspectiva, apesar de parecerem alternativos ao Estado, os serviços oferecidos por essas instituições e os profissionais que os executam são diretos ou indiretamente pagos com recursos públicos estatais. Vale destacar que estes são repassados e reiterados para sujeitos que os buscam como resultado de iniciativas de particulares, ou de grupos compromissados com causas sociais, que por sua vez engendram alternativas para que a população carente tenha acesso a esses serviços.

Assim, a maioria dos indivíduos que recorrem a essas entidades não enxerga os serviços ofertados como direitos, mas como benesse, incorporando um sentimento de autoculpa. Nessa perspectiva, a culpabilidade das respostas às manifestações da “questão social” é incorporada como uma questão de âmbito moral, e mais precisamente originária da incapacidade dos indivíduos de não terem conseguido estruturarem-se financeiramente.

O interesse do Estado e do mercado em financiar e fomentar a existência do “terceiro setor”, por meio, sobretudo, dos estímulos fiscais, dos contratos de gestão, e das parcerias com as instâncias do governo e do empresariado ou ainda através dos programas de estímulo ao serviço voluntário, de um modo geral correspondem ao que Montañó (2002) aponta em seu livro como a nova estratégia do capital no enfrentamento à “questão social”. Para o autor, trata-se de uma intervenção em que o Estado desresponsabiliza-se parcialmente, pois sua

participação reside em potencializar mecanismos que legitimem o repasse de recursos públicos às entidades desse segmento.

Assim para os defensores da relação de parceria entre as entidades que compõem o “terceiro setor” e o Estado, o investimento de fundos públicos nessas organizações é de total importância para a diminuição dos problemas sociais, na medida em que, o Estado neoliberal não consegue combater de maneira efetiva às refrações da “questão social”. Nesse contexto, as organizações de caráter não governamental mostram-se como eficazes nessa batalha, sendo essencial estabelecer essas parcerias para cumprir com o seu papel, seja no sentido de possibilitar aos excluídos o acesso à cidadania, seja para legitimar a ordem burguesa.

Concordamos com Montañó (2002), quando afirma que o capital reinstrumentaliza as organizações não governamentais para que essas se tornem meios legítimos para os objetivos neoliberais. Ainda de acordo com esse autor, a função das ONGs e dos mecanismos que legitimam as parcerias com o Estado de tornarem-se instrumentos para “justificar e legitimar o processo de desestruturação da seguridade social e a desresponsabilização do Estado na intervenção social” (MONTAÑO, 2002, p 233).

A exigência do capital em estabelecer estratégias para que o Estado passe a financiar as políticas sociais através das ações das ONGs consiste na tentativa de diminuir e até de dissipar os conflitos sociais, transformando as lutas contra o Estado em parceria, tendo em vista apaziguar os movimentos que lutam contra o capitalismo.

Em face desse quadro nefasto, comprova-se a hipótese elaborada para a construção desse trabalho no qual expõe que o “terceiro setor” configura-se como mais uma das estratégias do capital para manter seu poderio sobre as classes subalternas, apresentando-se como uma modalidade de trato as múltiplas expressões da “questão social”. Desse modo, mesmo definindo-se como instituições de caráter não governamental e sendo movidas por ações voluntárias, demandam o estabelecimento de parcerias com o Estado e o mercado além da necessidade de profissionais pagos para desenvolver e executar os serviços ofertados.

Dessa forma, a presença do “terceiro setor” no cenário contemporâneo como uma modalidade de intervenção na “questão social”, remete a uma série de questões referentes às transformações e ao sentido da relação entre o público e o privado, uma vez que existe o processo de precarização das políticas sociais direcionadas para a promoção dos direitos sociais e aberturas de espaços para a participação privada. Verifica-se ainda que o Estado e o

empresariado vêm-se encarregando de instituir mecanismos legais de construção dos direitos sociais.

Assim, o “terceiro setor” aparentemente apresentado como o agente de modificação e ou de diminuição das problemáticas sociais reproduz, com efeito, uma prática intelectual tradicional e conservadora que, ao invés de propiciar aos sujeitos a garantia dos direitos transforma em simples receptores de favores. Apresentando-se como um instrumento a serviço da reprodução das relações desiguais que regem o sistema capitalista.

Nessa perspectiva, salientamos que o Estado, ao invés de defender o interesse público através das parcerias estabelecidas com o “terceiro setor”, passa a defender preferencialmente o interesse particular por meio do sucateamento da seguridade social. Nesse viés existe a afirmação da hegemonia da classe burguesa, na qual o Brasil passa a ser mais um instrumento que efetiva o capitalismo e desestrutura um padrão de política social pautado na universalização do acesso.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ARRETCHE, M. T.S. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas**. *Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB) das Ciências Sociais*, n. 39, Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2010.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação, a política de educação no Brasil e a inserção do Serviço Social**. Orientadora: Rosa Lúcia Prêdes Trindade. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social: Maceió, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Brasil em Contra-Reforma: destruição do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

CORREIA, M^a Valéria Costa. **Da Crise do Welfare State ao Estado Máximo para o Capital In: O Conselho Nacional de Saúde e os Rumos da Política de Saúde Brasileira: mecanismos de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais**. Recife: UFPE, Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Tese de Doutorado em Serviço Social, 2005.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como Efeito de Poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Pobreza Política: a mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social?** São Paulo: Brasiliense, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **A política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, H. S. **O Estado o terceiro setor e o mercado: Uma trindade Completa**. Disponível em: < HTTP: www.rits.org.br > Acesso em: 10 de setembro de 2013.

HARVEY, David. **Condições pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBSBAWM, Erich. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Campanha das Letras, 1995.

IAMAMOTTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Londres: The Merlin Press, 1995.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elisabeth. **Seguridade Social**. In: *Serviço Social e Sociedade*, n.50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes**. In: *Serviço Social e Saúde: formação de trabalho profissional*. São Paulo, Cortez, 2006. Disponível em: <<http://www.fnepas.org.br>> Acesso em: 10 de maio de 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao Padrão emergente de Intervenção Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil: Estado e terceiro setor em questão**. In: *Serviço Social & Sociedade*, nº 59. São Paulo: Cortez, 1999.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Políticas Sociais estatais “terceiro setor”: o projeto neoliberal para a atual resposta a “questão social”**. In: I Colóquio Brasil/ Urugua: “Questão Urbana, políticas sociais e serviço social”. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf> Acesso em: 15 de setembro de 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: *Temporallis*. Brasília, ABEPSS, 2001.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 17).

ROSANVALLON, P. **A crise do Estado de Providência**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1981.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez 2010.

SANTOS, E. P; COSTA, G. M. **Da Questão Social e desigualdade: novas formas velhas raízes.** In: Revista *Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 4, julho de 2006.. Disponível em <<http://www.assitentesocial.com.br>> Acesso em: 19 de agosto de 2013.

VIANNA, M.L.T.W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem- estar e políticas públicas.** Rio de Janeiro: REVAM, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Política Social Brasileira dos Anos 90: A refilantropização da questão social.** Cadernos Abong, nº 3. São Paulo, ABONG, 1995. <http://www.suapesquisa.com/biografias/john_locke.htm> Acesso em: 21/05/2013.